

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**PORTFÓLIO ACADÊMICO**  
**Invisibilidade, Cultura e Espaço: Um Ateliê-Galeria para Lavras/MG**

**GABRIEL MURAD CARVALHO**

**LAVRAS-MG**  
**2025**

**GABRIEL MURAD CARVALHO**

**Invisibilidade, Cultura e Espaço: Um Ateliê-Galeria para Lavras/MG**

Portfólio Acadêmico apresentado ao Centro Universitário de Lavras, como parte das exigências da disciplina Habilidades Vocacionais, curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

**ORIENTADORA**

Professora Dra. Bruna Fagundes

**LAVRAS-MG**  
**2025**

Ficha Catalográfica preparada pelo Setor de Processamento  
Técnico da Biblioteca Central do UNILAVRAS

C331i Caravinho, Gabriel Murad.  
Invisibilidade, cultura e espaço: um Ateliê-Galeria para  
Lavras / MG / Gabriel Murad Carvalho. – Lavras: Unilavras.  
2025.

65f.: il.

Portfólio acadêmico (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)  
– Unilavras, Lavras, 2025.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Bruna Resende Fagundes Pereira.

1. Ateliê. 2. Galeria. 3. Costura. 4. Cerâmica.  
I. Pereira, Bruna Resende Fagundes. (Orient.). II. Título.

**GABRIEL MURAD CARVALHO**

**Invisibilidade, Cultura e Espaço: Um Ateliê-Galeria para Lavras/MG**

Portfólio Acadêmico apresentado ao Centro Universitário de Lavras, como parte das exigências da disciplina Habilidades Vocacionais, curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**ORIENTADORA**  
Professora Dra. Bruna Fagundes

**LAVRAS-MG**  
**2025**

Dedico este trabalho à minha família,  
que sempre acreditou em mim, e a todos  
que caminharam ao meu lado com apoio  
e amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela força e sabedoria, à minha família pelo apoio incondicional e aos amigos pela presença e incentivo ao longo deste processo.

*“O projeto ideal não existe, a cada projeto existe a oportunidade de realizar uma aproximação.”*

MENDES, Paulo.

(1987)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA.....	12
1.1 A Importância da Identidade Cultural Para um País.....	13
1.2 Identidade Cultural Brasileira: Construção, Globalização e Resistência Através do Artesanato .....	15
1.3 A Costura e a Cerâmica Como Expressões da Identidade Cultural Brasileira .....	18
1.4 Os Impactos da Industrialização e da Globalização Sobre o Artesanato e a Identidade Cultural .....	20
1.5 Considerações Finais .....	22
2 INFORMALIDADE DO TRABALHO NO BRASIL .....	23
2.1. A Informalidade do Trabalho no Contexto Brasileiro .....	24
2.2. A Economia Informal: Causas e Consequências .....	26
2.3. A Crise do Trabalho Formal e a Ascensão das Ocupações Informais .....	27
2.4. A Informalidade no Setor Artesanal: O Caso da Costura e da Cerâmica .....	29
2.5. O Impacto da Informalidade nas Mulheres e nas Populações Marginalizadas.....	31
2.6. Respostas e Alternativas: Cooperativas e Redes Solidárias .....	32
2.7. Conclusão.....	33
3 ESTUDOS DE CASO .....	34
Galeria Luciana Brito / São Paulo – SP .....	35
Atelier Pina Cerâmica / São Paulo – SP .....	40
Ateliê Long Goy / Chiang Mai, Tailândia .....	47
4 DIRETRIZES PROJETUAIS.....	53
5 CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	61

## TABELA DE FIGURAS

Figura 1: Vista interna da galeria .....	35
Figura 2: Planta baixa da galeria .....	36
Figura 3: Fluxograma da galeria.....	37
Figura 4: Vista do jardim interno da galeria.....	38
Figura 5: Fachada do atelier .....	40
Figura 6: Corte isométrico do atelier .....	42
Figura 7: Planta baixa do atelier .....	43
Figura 8: Fluxograma do atelier .....	43
Figura 9: Acesso do atelier .....	45
Figura 10: Vista interna do atelier .....	46
Figura 11: Vista externa do ateliê.....	47
Figura 12: Planta baixa do ateliê .....	49
Figura 13: Fluxograma do ateliê.....	49
Figura 14: Vista externa do ateliê.....	50
Figura 15: Materiais do ateliê .....	51
Figura 16: Mapa de localização .....	53
Figura 17: Mapa de cheios e vazios.....	54
Figura 18: Mapa de zoneamento .....	55
Figura 19: Mapa de hierarquia viária .....	55
Figura 20: Mapa de uso e ocupação .....	56
Figura 21: Mapa de insolação e ventilação .....	57
Figura 22: Mapa de equipamentos urbanos .....	57
Figura 23: Mapa de gabaritos .....	58
Figura 24: Topografia do terreno.....	59

## **RESUMO**

O presente artigo propõe a criação de um ateliê e galeria na cidade de Lavras-MG, com foco na valorização da identidade cultural brasileira por meio da produção artesanal em cerâmica e costura. O projeto parte da constatação de que a informalidade do trabalho ainda é uma realidade predominante entre artesãos e costureiros no Brasil, dificultando o acesso a condições dignas de trabalho, reconhecimento profissional e estabilidade financeira. Além disso, a produção em massa promovida por grandes indústrias impacta negativamente o meio ambiente, fragiliza relações de trabalho e contribui para a desvalorização de saberes tradicionais. Nesse contexto, a proposta do ateliê/galeria busca oferecer um espaço colaborativo, criativo e funcional, que valorize o trabalho manual e promova o fortalecimento da economia local. A iniciativa visa enfrentar os desafios impostos pela informalidade, promovendo um ambiente seguro, acolhedor e estruturado, que potencialize a autonomia e a profissionalização dos trabalhadores do setor. Inspirado em princípios de sustentabilidade e inovação social, o projeto propõe um espaço de trabalho que conecta tradição e contemporaneidade, ampliando a visibilidade das produções artesanais e incentivando práticas de consumo consciente.

## INTRODUÇÃO

A problemática da informalidade do trabalho no Brasil afeta milhões de trabalhadores, especialmente aqueles de populações em vulnerabilidade social. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE, em 2023, cerca de 39,2% dos trabalhadores brasileiros atuavam sem registro formal, porém, no setor da costura, essa taxa chega a 62% (ALIANÇA EMPREENDEDORA, 2023). No campo criativo, a informalidade é preeminente, resultando em baixos salários, ausência de direitos trabalhistas e dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal.

Além da precarização do trabalho, a produção em massa promovida por grandes indústrias impacta negativamente o meio ambiente e as relações de trabalho. Um estudo divulgado pela Global Fashion Agenda revela que o setor têxtil é um dos principais responsáveis pela poluição hídrica global, devido ao descarte inadequado de resíduos químicos usados na fabricação de tecidos sintéticos. É recorrente, também, a divulgação de denúncias de condições de trabalho análogas à escravidão em indústrias têxteis, envolvendo marcas consolidadas no Brasil e no mundo.

A produção industrial em larga escala também pode ser considerada um risco à valorização e preservação da identidade cultural brasileira, no sentido em que a padronização dos produtos desvaloriza técnicas artesanais tradicionais que carregam valores históricos e sociais, impactando gravemente artesãos e costureiros que buscam preservar esses métodos de produção - eles enfrentam grandes desafios para comercializar suas peças e manter vivas as tradições culturais de suas comunidades.

Visto que muitos artesãos e costureiros trabalham em locais improvisados, sem infraestrutura e segurança, o que compromete a produtividade e saúde desses trabalhadores, observa-se que a falta de espaços adequados para a produção, exposição e comercialização de peças artesanais agrava ainda mais as problemáticas apresentadas. Além de dificultar a formalização, a ausência de um ambiente apropriado também limita a capacidade de crescimento profissional desses trabalhadores.

O presente projeto tem como objetivo principal a criação de um ateliê e uma galeria na cidade de Lavras-MG, oferecendo um espaço adequado para costureiros e artesãos desenvolverem seus trabalhos, incentivando a valorização do mercado local e a formalização desses profissionais, a partir da construção de um ateliê que proporcione um ambiente de trabalho seguro e confortável aos costureiros e artesãos, garantindo melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades. Busca-se criar uma galeria anexa ao ateliê, destinada à exposição e comercialização das produções artesanais, ampliando a visibilidade desses profissionais e incentivando o consumo de peças autorais e sustentáveis.

Este projeto de ateliê objetiva valorizar a identidade cultural brasileira por meio da preservação de técnicas tradicionais, promovendo o reconhecimento do artesanato como uma expressão legítima da diversidade cultural do país. Também pretende incentivar práticas de consumo consciente e sustentável, oferecendo alternativas à produção industrial em larga escala e contribuindo para a redução dos impactos ambientais causados pelo setor têxtil. A intenção é fomentar a inclusão econômica e social dos trabalhadores informais, garantindo a eles um espaço digno para exercerem suas atividades. Um espaço desse tipo possibilita a criação de

oportunidades para que esses profissionais se consolidem no mercado e alcancem maior autonomia financeira.

Destaca-se no capítulo I uma contextualização histórica da identidade cultural brasileira, enfatizando o papel da costura e do artesanato como expressões fundamentais da diversidade cultural do país, a partir da análise das influências regionais na produção artesanal, a preservação de saberes tradicionais e a relação entre essas práticas e a construção da identidade nacional. Será discutido, também, o impacto da industrialização e da globalização sobre o setor artesanal, ressaltando a necessidade de preservar e valorizar o trabalho manual como uma alternativa sustentável e culturalmente rica diante da produção em massa.

No segundo capítulo, serão analisadas as condições de trabalho dos costureiros e artesãos no Brasil, com ênfase na informalidade e na precarização da mão de obra. Serão apresentados dados estatísticos sobre a falta de registro formal, as dificuldades de acesso a direitos trabalhistas e os desafios enfrentados por esses profissionais para obter reconhecimento e estabilidade financeira. Além disso, será discutido o impacto da produção industrial em larga escala sobre o setor, abordando questões como exploração da mão de obra, impactos ambientais e a crescente desvalorização do trabalho artesanal diante do consumo desenfreado impulsionado pelo fast fashion.

O terceiro capítulo apresentará três estudos de caso relevantes para o desenvolvimento do projeto arquitetônico do ateliê e da galeria. Serão analisados exemplos de espaços destinados ao artesanato e à costura, com foco na organização espacial, nos materiais utilizados e nas soluções sustentáveis adotadas. Além disso, serão abordadas referências de projetos que priorizam o aproveitamento do espaço, a funcionalidade e a valorização da identidade cultural. A análise desses estudos de caso servirá como base para a concepção de um projeto arquitetônico que atenda às necessidades dos costureiros e artesãos, proporcionando um ambiente adequado para a produção, exposição e comercialização de seus trabalhos.

Diante desse cenário, a proposta do ateliê e da galeria se mostra como uma solução viável e necessária para enfrentar os desafios da informalidade, promover a valorização do trabalho artesanal e fortalecer a economia criativa em Lavras-MG.

## **1 IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA**

Durante a história, fabrica-se, com o movimento do povo em sua potência de criação, um modo de ser, em multiplicidade, que une um conjunto de pessoas enquanto nação. Franz Boas, pioneiro no estudo antropológico do relativismo cultural, postula que a cultura é:

[...] a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam a conduta dos indivíduos que compõem um grupo social, coletiva e individualmente, em relação ao seu ambiente natural, a outros grupos, a membros do mesmo grupo e de cada indivíduo para consigo mesmo. (BOAS, 2010, p. 113).

A partir disso, vê-se que a identidade cultural brasileira é formada por um vasto conjunto de expressões artísticas, costumes, tradições e modos de produção que refletem a diversidade étnica e histórica do país. Destaca-se, para o intuito desse trabalho, o artesanato e a costura como manifestações fundamentais dessa identidade. Estas atividades desempenham um papel essencial na preservação do patrimônio cultural e no fortalecimento da economia criativa. A prática e a transmissão desses saberes, no entanto, enfrentam desafios diante da globalização, dado o início histórico de novos modos de produção padronizados e em massa, o que torna relevante a discussão sobre sua valorização e proteção.

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre a importância da identidade cultural brasileira, com ênfase na costura e no artesanato, abordando seu impacto social, econômico e ambiental, bem como a necessidade de políticas de incentivo para a sua preservação.

### ***1.1 A Importância da Identidade Cultural Para um País***

A identidade cultural de um país é um dos pilares fundamentais para a construção de sua sociedade, representando, no conjunto de valores, crenças, costumes e expressões artísticas, o modo de ser pertencente a um lugar. Ela, além de promover coesão social, também desempenha um papel essencial no desenvolvimento econômico e na projeção internacional da nação. No Brasil, um país

marcado pela diversidade cultural resultante da fusão de influências indígenas, africanas, europeias e asiáticas, a identidade cultural se torna radicalmente múltipla, muitas vezes paradoxal em sua vastidão, ao incluir a música, a gastronomia, a literatura, as festas populares e o artesanato de diversas regiões que atravessam um país extenso em território. Preservar e valorizar essa riqueza é um fator determinante para o fortalecimento da sociedade e da economia.

Quando os cidadãos reconhecem e valorizam suas tradições e expressões culturais, desenvolvem um senso de pertencimento que fortalece os laços comunitários e possibilitam novos encontros criativos e a constante mudança. No caso do Brasil, um país de dimensões continentais e múltiplas influências culturais, a valorização da identidade cultural é fundamental para manter a unidade nacional reconhecendo a importância da diversidade de suas manifestações regionais.

Além do aspecto social, a identidade cultural também desempenha um papel relevante na economia de um país. Setores como o turismo, a moda, a gastronomia e o artesanato são diretamente impulsionados pela valorização cultural, movimentando a economia criativa e gerando empregos. No Brasil, o artesanato, por exemplo, é um dos segmentos mais representativos da identidade cultural e sustenta milhões de trabalhadores em todas as regiões (Agência Sebrae, 2024). No entanto, a falta de políticas de incentivo e de reconhecimento formal impede que muitos desses profissionais tenham acesso a mercados mais amplos e a melhores condições de trabalho. Investir na valorização da cultura, por meio da criação de espaços para exposição e comercialização de produtos artesanais e autorais, fortalece a economia local e proporciona maior autonomia financeira para esses trabalhadores.

Outro aspecto fundamental da identidade cultural para um país está na sua projeção internacional. A cultura de uma nação é uma de suas maiores formas de representação no cenário global, funcionando como um elemento de diplomacia e soft power. Países que investem na preservação e na divulgação de sua cultura conseguem se destacar internacionalmente, promovendo sua imagem e atraindo investimentos e turismo. O Brasil, com sua música, festas típicas, culinária e tradições artesanais, é reconhecido mundialmente por sua riqueza cultural. No entanto, sem iniciativas que protejam e valorizem essa identidade, há o risco de que suas

manifestações culturais sejam apropriadas por outros países ou percam sua autenticidade diante da padronização imposta pela globalização.

Além dos benefícios sociais e econômicos, a identidade cultural também tem um papel crucial na sustentabilidade e na preservação ambiental. Muitas práticas culturais tradicionais, como o artesanato e a agricultura familiar, utilizam métodos sustentáveis que respeitam os ciclos naturais e evitam a degradação ambiental. A produção artesanal, por exemplo, é uma alternativa viável à indústria de massa, reduzindo o consumo excessivo de recursos naturais e o desperdício de materiais. Promover a identidade cultural por meio do fortalecimento dessas práticas é uma maneira de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente.

Por fim, a identidade cultural é um elemento essencial para a educação e a transmissão de conhecimento entre gerações. Ao garantir que as novas gerações tenham acesso às tradições, saberes e manifestações culturais do país, é possível fortalecer a valorização da cultura e impedir que importantes elementos do patrimônio imaterial sejam perdidos. Iniciativas como a introdução da cultura local nas escolas, a criação de espaços culturais e a promoção de eventos que celebrem a diversidade cultural são fundamentais para manter viva a identidade de um povo.

Dessa forma, a identidade cultural de um país não é apenas um elemento simbólico, mas um fator estratégico para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. No caso do Brasil, um país com uma riqueza cultural única, investir na valorização das tradições, no incentivo ao artesanato e na criação de espaços para a preservação e difusão da cultura é essencial para fortalecer a economia criativa, impulsionar o turismo e garantir que as futuras gerações continuem a reconhecer e a se orgulhar de sua própria história.

### ***1.2 Identidade Cultural Brasileira: Construção, Globalização e Resistência Através do Artesanato***

A identidade cultural brasileira é um processo dinâmico e multifacetado, atravessado por tensões entre o local e o global, o tradicional e o moderno, o artesanal e o industrial. Ela não é uma essência fixa, mas uma construção histórica e social que se manifesta por meio de práticas cotidianas, linguagens e modos de fazer enraizados

nas diversas regiões do país. Nesse contexto, o artesanato e a costura se apresentam como expressões legítimas de uma cultura viva, em constante transformação, que resiste à padronização e ao apagamento promovido por processos como a industrialização e a globalização.

Renato Ortiz (1994), em “Imagens do Brasil”, propõe uma reflexão crítica sobre o modo como se constrói a imagem da identidade nacional, destacando a tensão entre a tradição e a modernidade. Para Ortiz, “a cultura brasileira é marcada por uma contradição entre o passado que se deseja preservar e o futuro que se quer alcançar” (ORTIZ, 1994, p. 26). Esse dilema se expressa na forma como o artesanato e outras manifestações culturais são frequentemente reduzidos a símbolos folclóricos, esvaziados de sua complexidade social e política. O autor aponta que a identidade nacional é, muitas vezes, construída por uma elite cultural que seleciona e legitima determinados elementos do patrimônio cultural, ignorando a diversidade e a pluralidade das expressões populares.

Essa visão crítica se aproxima da análise desenvolvida por António Firmino da Costa (2002) em seu artigo “Identidades culturais urbanas em época de globalização”. O autor problematiza o impacto da reabilitação urbana e do turismo cultural na transformação de bairros tradicionais, como Alfama, em Lisboa. Ele argumenta que há uma produção estratégica de identidade voltada para o consumo, o que resulta em um processo de espetacularização e mercantilização da cultura local. Embora seu estudo se concentre no contexto português, ele oferece importantes paralelos com a realidade brasileira, onde regiões culturalmente ricas são transformadas para atender a demandas do mercado e do turismo, esvaziando as práticas autênticas de seus significados originais.

Ao mesmo tempo, o texto de Adriana Patrícia Fernandes (2011), “Design e inovação social: aspectos do design e do artesanato”, resgata a potência do artesanato como agente de inovação social e resistência cultural. Fernandes enfatiza que o artesanato não deve ser visto apenas como uma prática do passado, mas como um campo de criação e de transformação social. A autora defende a valorização dos saberes tradicionais em diálogo com práticas contemporâneas de design, propondo uma visão ampliada do fazer artesanal, capaz de promover inclusão, sustentabilidade e reconhecimento cultural. A análise de Fernandes ganha especial relevância ao se

considerar a produção artesanal de cerâmica e a costura, atividades profundamente ligadas às tradições culturais de diversas comunidades brasileiras. No caso da cerâmica, o saber fazer está muitas vezes ligado a heranças indígenas e afro-brasileiras, transmitidas de geração em geração por meio da oralidade e da prática cotidiana. Já a costura, especialmente a realizada por mulheres em contextos periféricos e familiares, carrega um papel histórico na economia informal e na construção de redes de solidariedade.

Ambas as práticas, no entanto, enfrentam desafios semelhantes. Como observa Fernandes, a informalidade, a falta de reconhecimento e a ausência de políticas públicas de fomento colocam esses trabalhadores em situação de vulnerabilidade, o que compromete não apenas suas condições de vida, mas também a continuidade dessas tradições. Para a autora, é preciso superar a visão romantizada do artesanato e reconhecer seu valor como atividade produtiva, estratégica e cultural (FERNANDES, 2011).

Nesse sentido, é possível traçar um diálogo crítico entre os três autores. Enquanto Ortiz (1994) problematiza as representações oficiais da cultura brasileira, alertando para os riscos de essencialização e folclorização, Firmino da Costa (2002) mostra como tais representações são instrumentalizadas em processos urbanos e turísticos que muitas vezes esvaziam a autenticidade cultural. Já Fernandes (2011) aponta caminhos para a revalorização do artesanato, propondo uma articulação entre tradição e inovação capaz de fortalecer a identidade cultural sem submetê-la à lógica mercadológica.

A partir desse panorama, compreende-se que a identidade cultural brasileira não pode ser entendida apenas como um repertório estático de símbolos nacionais, mas como um campo de disputa, negociação e resistência:

Sendo as identidades culturais socialmente construídas, e, portanto, múltiplas e contingentes, mutáveis e contextuais, por que as concepções hoje mais difundidas e socialmente atuantes demonstram uma forte propensão para entendê-las como essências, sejam essas “sociais”, “meta-sociais”, sejam mesmo “metafísicas”? Por que se tende a conceber as identidades culturais como rígidas e estanques, projetando-as, com esta configuração de sentido, na própria dinâmica social? (COSTA, 2002, p. 16)

A valorização da cerâmica artesanal e da costura como práticas culturais contemporâneas está no centro dessa disputa, pois revela a capacidade de comunidades locais criarem alternativas à homogeneização cultural imposta pela globalização. Como afirma Fernandes (2011), o artesanato pode constituir-se como estratégia de sustentabilidade cultural, econômica e ambiental.

Compreender e preservar essas práticas exige não apenas reconhecimento simbólico, mas também a criação de espaços materiais e institucionais que promovam sua continuidade e inovação. A construção de um ateliê e galeria para costureiros e artesãos, como propõe este projeto, representa um passo concreto na direção da valorização da identidade cultural brasileira. Trata-se de um esforço para reverter o apagamento desses saberes, potencializando sua presença como elemento ativo na economia, na cultura e na memória coletiva do país.

### ***1.3 A Costura e a Cerâmica Como Expressões da Identidade Cultural Brasileira***

As práticas da costura e da cerâmica carregam saberes técnicos transmitidos entre gerações, revelam modos de vida, sistemas de crenças e formas específicas de se relacionar com o território, com o tempo e com os outros. Em diversas regiões do Brasil, esses ofícios constituem elementos centrais da identidade local, funcionando como instrumentos de resistência cultural, inclusão social e autonomia econômica.

A cerâmica, por exemplo, é uma das expressões mais antigas da cultura material brasileira. Em comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, ela atende a necessidades utilitárias, mas para além disso, simboliza a conexão entre o fazer manual e a cosmovisão de cada povo. Como destaca Adriana Patrícia Fernandes, “a produção artesanal representa não apenas uma forma de geração de renda, mas também uma estratégia de afirmação identitária e de preservação de culturas locais” (FERNANDES, 2011, p. 5). Cada peça cerâmica carrega em si uma narrativa cultural, marcada por técnicas, cores, formas, simbologias, dialogando com o meio ambiente e com a história das comunidades produtoras.

Da mesma forma, a costura — especialmente quando praticada fora do circuito industrial — deve ser compreendida como mais do que uma atividade de subsistência. Trata-se de um saber historicamente associado ao cuidado, à criatividade e à resistência das mulheres, sobretudo em contextos de exclusão social. Nas periferias

urbanas, por exemplo, muitas mulheres constroem redes de produção informal que aliam técnicas de corte e costura com práticas de reaproveitamento de materiais, adaptando modelos e criando roupas autorais. Tais práticas, embora invisibilizadas pelo mercado e pelo poder público, são formas legítimas de expressão cultural.

Essa leitura encontra eco na análise de Renato Ortiz (1994), ao afirmar que a cultura nacional é muitas vezes desarticulada da experiência concreta dos sujeitos populares. O autor critica a criação de uma imagem idealizada da brasilidade, que “pretende representar o conjunto da nação, mas que, na realidade, é uma construção elitizada e seletiva” (p. 31). A costura e a cerâmica, quando reconhecidas apenas como folclore ou artesanato decorativo, perdem seu caráter político e social, sendo destituídas de seu valor como formas de trabalho, conhecimento e pertencimento cultural.

Essa perspectiva crítica é também abordada por António Firmino da Costa (2002) ao discutir os efeitos da globalização sobre as culturas locais. Ele aponta que há um processo de invisibilização das práticas sociais autênticas, substituídas por versões simplificadas que atendem à lógica do mercado e da espetacularização. No caso do Brasil, esse fenômeno pode ser observado na forma como o artesanato é frequentemente tratado como produto turístico, dissociado de sua função social e cultural.

Em contramão, Fernandes (2011) propõe uma abordagem propositiva ao integrar o design como ferramenta de valorização do fazer artesanal, argumentando que a aproximação entre design e artesanato pode potencializar a autonomia dos artesãos, desde que essa relação seja construída de forma horizontal, respeitando os saberes locais e promovendo a coautoria. Para ela, é preciso reconhecer a singularidade do artesanato enquanto campo de inovação social, em que o conhecimento tradicional se articula com os desafios contemporâneos.

Essa perspectiva é especialmente relevante quando se pensa em iniciativas que promovem espaços físicos e coletivos voltados à produção artesanal, como o ateliê e a galeria propostos neste projeto. Ambientes como esses possibilitam a troca de experiências, o fortalecimento de redes de apoio e a ampliação do acesso ao mercado, sem que isso signifique a descaracterização das práticas culturais envolvidas. Criar condições dignas para que costureiras e ceramistas possam exercer

seus ofícios contribui para a continuidade dos saberes e para a reafirmação da identidade cultural em um contexto de constante transformação.

Assim, ao considerar a costura e a cerâmica como manifestações centrais da identidade cultural brasileira, é preciso reconhecer sua complexidade e seu potencial de transformação. Mais do que preservar tradições, trata-se de dar condições para que essas práticas se reinventem e se fortaleçam diante dos desafios contemporâneos, como a informalidade, a precarização do trabalho e a homogeneização cultural. Conforme enfatiza Fernandes (2011), é necessário desenvolver políticas públicas que não apenas protejam o artesanato, mas que o compreendam como uma prática viva e em diálogo com o mundo.

#### ***1.4 Os Impactos da Industrialização e da Globalização Sobre o Artesanato e a Identidade Cultural***

A industrialização e a globalização transformaram radicalmente as formas de produção, consumo e circulação de bens culturais em todo o mundo. No Brasil, esses processos também impactaram profundamente o setor artesanal de forma negativa. A lógica da produção em massa, impulsionada por interesses econômicos e mercadológicos, desvaloriza o trabalho manual, promove a padronização estética e fragiliza as tradições culturais locais. A lógica capitalista neoliberal atual rivaliza com os saberes centenários baseados em afeto, vínculo, condições materiais e soluções criativas para a transformação destas. Ao priorizar o consumo desenfreado e o “ter para ser”, as próprias noções singulares de identidade, existência, propósito e coletividade de cada cultura são ameaçadas em nome de um padrão de vida imposto por um discurso global.

Conforme argumenta Renato Ortiz (1994), a cultura nacional passou a ser entendida como uma representação abstrata e generalizante, descolada da experiência cotidiana das pessoas e das particularidades regionais. Nesse processo, o artesanato — com suas formas singulares e sua relação direta com o território e com a identidade dos sujeitos — perde espaço para objetos esteticamente similares produzidos em larga escala e distribuídos por grandes redes de comércio.

Esse deslocamento compromete não apenas a valorização simbólica do trabalho artesanal, mas também sua sustentabilidade econômica. Produtos feitos à

mão, como peças de cerâmica ou roupas costuradas artesanalmente, passam a ser considerados “caros” ou “incompatíveis” com o consumo de massa, que se pauta pela rapidez, pelo baixo custo e pela descartabilidade. Como consequência, artesãos e costureiros enfrentam dificuldades para competir no mercado, mantendo-se, em muitos casos, à margem da formalidade e da visibilidade.

Antônio Firmino da Costa (2002) também destaca o papel da globalização na fragmentação das identidades culturais urbanas, alertando para o risco da homogeneização e da perda de vínculos comunitários. Em sua análise sobre processos de reabilitação urbana e gentrificação, como o caso de Alfama em Lisboa, ele observa que o desenvolvimento urbano contemporâneo tende a mercantilizar a cultura e a apagar os traços distintivos das comunidades locais. Ainda que o contexto urbano seja o foco de seu estudo, suas observações podem ser aplicadas ao artesanato brasileiro, que, ao ser transformado em “souvenir” ou “produto turístico”, perde sua profundidade cultural e social.

Além disso, Costa (2002) enfatiza que as identidades culturais não são estáticas ou “naturais”, mas construídas em relação com o outro e em contextos históricos específicos. A globalização, ao mesmo tempo que conecta diferentes culturas, também pode enfraquecer o sentido de pertencimento dos grupos locais, sobretudo quando suas práticas são apropriadas ou destituídas de contexto. A globalização das imagens culturais pode reforçar a dominação simbólica, em vez de promover a diversidade.

Por outro lado, Adriana Patrícia Fernandes (2011) propõe uma leitura alternativa, ao identificar no artesanato um campo de inovação social capaz de responder criativamente aos desafios contemporâneos. Para ela, a valorização das práticas manuais pode funcionar como uma resposta crítica à lógica da produção industrial, dado que o artesanato, quando articulado com o design social, torna-se um instrumento de transformação e desenvolvimento local. Essa abordagem possibilita uma reinserção qualificada dos produtos artesanais no mercado, desde que respeite os valores culturais e os modos de produção dos artesãos.

Nesse sentido, a costura e a cerâmica, quando compreendidas como práticas culturais e não apenas como formas de trabalho, assumem um papel estratégico no fortalecimento das economias locais e na preservação da identidade cultural

brasileira. Elas oferecem alternativas sustentáveis à produção industrial, promovem o uso de materiais locais e contribuem para a redução do impacto ambiental. Além disso, permitem a manutenção de vínculos comunitários e o fortalecimento das redes de solidariedade e troca.

Portanto, os impactos da industrialização e da globalização sobre o artesanato não devem ser vistos apenas como ameaças, mas também como oportunidades para a reinvenção das práticas culturais. É necessário, contudo, que essa reinvenção se dê de forma crítica e participativa, envolvendo os próprios artesãos e costureiros em processos de decisão, planejamento e comercialização. Afirma-se que o reconhecimento da dimensão cultural do artesanato é um passo essencial para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas.

### ***1.5 Considerações Finais***

A identidade cultural brasileira é marcada por uma riqueza de saberes, práticas e expressões que se manifestam nas mais diversas formas — entre elas, o artesanato e a costura, que guardam não apenas valores estéticos, mas também simbólicos, históricos e sociais. Esses fazeres tradicionais, transmitidos entre gerações, constituem um patrimônio imaterial de relevância incontestável, sendo fundamentais para o fortalecimento da coesão social, da autonomia econômica de comunidades e da valorização da diversidade cultural do país.

Entretanto, os processos de industrialização e globalização colocaram desafios significativos à continuidade e ao reconhecimento dessas práticas. Como discutido por Ortiz (1994), a cultura nacional passa a ser transformada em imagem abstrata, dissociada da experiência local e da produção artesanal. Firmino da Costa (2002) acrescenta que a globalização cultural tende a fragilizar as identidades locais, substituindo a vivência comunitária por uma estética comercializada e descontextualizada. Essas observações ganham relevância no cenário brasileiro, onde práticas artesanais, como a cerâmica e a costura, são progressivamente marginalizadas pelo avanço do consumo massificado e da lógica industrial.

Por outro lado, a produção artesanal resiste. Como enfatiza Adriana Patrícia Fernandes (2011), ao articular design e inovação social, o artesanato pode ser reposicionado como uma alternativa ética, sustentável e culturalmente enriquecedora

frente à indústria de massa. Essa abordagem abre caminhos para o desenvolvimento local e para o fortalecimento da economia criativa, desde que se respeitem os valores e os saberes dos artesãos e costureiros envolvidos.

Diante disso, o reconhecimento da identidade cultural brasileira passa não apenas pela valorização simbólica das práticas tradicionais, mas também pela criação de condições estruturais que permitam sua continuidade e dignidade. Isso exige políticas públicas, espaços físicos adequados e iniciativas de formação, formalização e comercialização, capazes de conectar tradição e inovação sem descaracterizar o valor cultural da produção manual.

Nesse contexto, o próximo capítulo irá aprofundar a análise das condições de trabalho dos artesãos e costureiros no Brasil, com ênfase na informalidade, precarização e exclusão social que caracterizam a realidade desses profissionais. Serão apresentados dados estatísticos e estudos que evidenciam os obstáculos enfrentados por quem atua no setor artesanal, com destaque para as dificuldades de acesso a direitos trabalhistas, renda estável e reconhecimento profissional. O objetivo é evidenciar como essas condições afetam diretamente a preservação da identidade cultural brasileira e propor caminhos para sua superação.

## 2 INFORMALIDADE DO TRABALHO NO BRASIL

### 2.1. A Informalidade do Trabalho no Contexto Brasileiro

A informalidade no trabalho no Brasil é uma característica estrutural do mercado, relacionada a um processo histórico que remonta à formação do capitalismo no país. A informalidade do trabalho no Brasil reflete o processo histórico de formação do capitalismo, visto que, desde o período colonial, o país é tingido por relações trabalhistas precárias que excluem as camadas populares de forma radical: a escravização dos povos africanos e indígenas estrutura um visão informal e exploratória do trabalho que ainda perdura e deixa rastros claros. Com a abolição da escravatura em 1888, a lógica de exploração não deixa de se reproduzir, agora com outras formas de organização social e política, mas que ainda marginaliza o proletariado. A intensificação desse fenômeno ocorreu com a reestruturação produtiva iniciada nos anos 1990:

A abertura econômica e as privatizações pressionaram o processo de *reestruturação produtiva sistêmica*, sobretudo no setor secundário, de modo a afetar não apenas o nível do emprego, mas também a sua qualidade, com a flexibilização dos vínculos e dos regimes de trabalho. (COSTA, 2010).

O processo de globalização e a adoção de um modelo neoliberal no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, resultaram em uma pressão para flexibilizar as normas trabalhistas, reduzir custos com a força de trabalho e aumentar a competitividade das empresas. A desregulamentação do mercado de trabalho e a fragilização das políticas públicas voltadas para a inclusão social ampliaram as desigualdades e a informalidade, criando um cenário em que milhões de trabalhadores passaram a atuar fora das regulamentações tradicionais, com empregos temporários, contratos informais e sem acesso a direitos fundamentais, como previdência e seguro-desemprego (COSTA, 2010).

Em geral, o resultado da fragilidade das instituições trabalhistas e da ausência de políticas públicas eficazes para a inclusão laboral é a informalidade. A Constituição de 1988 representou um avanço significativo na conquista de direitos trabalhistas no Brasil, mas, ao longo das décadas seguintes, as reformas que ocorreram no mercado de trabalho enfraqueceram as normas de proteção ao trabalhador e ampliaram o espaço da informalidade.

Ricardo Antunes (2018) afirma que a informalidade é uma característica do próprio sistema capitalista, que, ao longo das décadas, tem se reconfigurado para intensificar a extração de mais-valia de novas formas de trabalho. A lógica da acumulação capitalista exige uma flexibilização das relações de trabalho, na medida em que as empresas buscam formas de otimizar a produção e reduzir custos. A informalidade, nesse sentido, não é um erro ou um excesso do sistema, mas sim um elemento necessário para a sobrevivência e expansão desse modelo econômico. O trabalho informal, ao ser desvinculado dos direitos trabalhistas e das garantias formais, permite que os capitalistas obtenham maior controle sobre a força de trabalho e, conseqüentemente, uma extração mais eficiente da mais-valia. A precarização das condições de trabalho, a intensificação da jornada de trabalho e a ausência de

benefícios como férias e 13º salário são consequências dessa dinâmica que favorece a acumulação de capital sem custos adicionais para os empregadores:

O capital operou, portanto, o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. “Consequentemente, por mais destruidor que seja um procedimento produtivo em particular, se o produto é lucrativamente imposto ao mercado ele deve ser recebido como expressão correta e própria da ‘economia’ capitalista. Exemplificando, mesmo que 90% do material e dos recursos de trabalho necessários para a produção e distribuição de uma mercadoria comercializada lucrativamente – por exemplo, um produto cosmético: um creme facial –, da propaganda eletrônica ou da sua embalagem, sejam em termos físicos ou figurativos (mas, em relação aos custos de produção, efetivamente real), levada direto para o lixo, e apenas 10% sejam dedicados ao preparado químico, responsável pelos benefícios reais ou imaginários do creme ao consumidor, as práticas obviamente devastadoras envolvidas no processo são plenamente justificadas, desde que sintonizadas com os critérios de ‘eficiência’, ‘racionalidade’ e ‘economia’ capitalistas, em virtude da lucratividade comprovada da mercadoria em questão” (MÉSZÁROS, 1995, p. 599 apud ANTUNES, 2018, p. 29)

A informalidade no Brasil não representa um fenômeno marginal, mas sim a expressão concreta de uma lógica que caracteriza o capitalismo contemporâneo, ao buscar por reprodução ampliada que diminui o valor de uso das coisas. Esse é um princípio que se aplica tanto às mercadorias quanto à própria força de trabalho, convertida em recurso descartável dentro de um ciclo produtivo que privilegia a acumulação sobre as necessidades humanas, pois como demonstra Antunes (2018, p. 27-28) ao analisar as transformações no mundo do trabalho, "o capital não considera valor de uso (o qual corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca como coisas separadas, mas como um modo que subordina radicalmente o primeiro ao último", mecanismo que no contexto brasileiro assume contornos particulares através da naturalização da informalidade como suposto ajuste espontâneo do mercado, quando na realidade trata-se de uma estratégia sistêmica de transferência de custos e riscos para os trabalhadores.

Este fenômeno aparece especialmente após reformas como a Trabalhista de 2017 que, sob o véu da modernização, consolidaram a precarização como norma, criando condições ideais para que o capital realize aquilo que Antunes (2018)

identifica como o movimento central do capitalismo flexível: a conversão de direitos históricos em apenas meras variáveis de ajuste econômico, processo que se acelera com a automação e a mudança na estrutura trabalhista, que fragmenta os vínculos empregatícios ao mesmo tempo em que ampliam o complexo industrial da reserva de trabalhadores, alimentando um círculo vicioso onde a falta de alternativas formais força os trabalhadores a aceitarem condições cada vez mais degradantes, confirmando assim a tese de que a informalidade não é acidental, mas sim funcional à reprodução do capital, que demanda flexibilidade extrema e custos laborais mínimos, mesmo que isso implique a "destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha" (idem: 28), realidade que no Brasil se combina com a histórica incapacidade do Estado em construir mecanismos efetivos de proteção social, deixando milhões de trabalhadores à mercê de um mercado que os trata como recursos temporários e substituíveis, evidenciando como a chamada "modernização" do mundo do trabalho representa, na verdade, a radicalização de uma lógica predatória que subordina todas as dimensões da vida humana aos imperativos abstratos da acumulação.

## **2.2. A Economia Informal: Causas e Consequências**

Como visto anteriormente, o fenômeno da informalidade no trabalho pode ser compreendido como uma resposta direta às limitações estruturais do mercado de trabalho formal, em especial em contextos de crise econômica e escassez de oportunidades. Para muitos trabalhadores, a informalidade não é uma escolha, mas uma necessidade imposta pela falta de acesso a empregos formais, com direitos trabalhistas garantidos. Marcio Pochmann (2001) explica que a informalidade não é uma alternativa marginal ou sem organização, mas uma forma estruturada de inserção econômica de uma parte significativa da população brasileira. Ele observa que, ao longo dos anos, a reestruturação do mercado de trabalho, impulsionada pela globalização e pelas mudanças no processo produtivo, resultou na ampliação da informalidade, criando uma divisão entre os setores formal e informal da economia. Essa divisão reflete o que Pochmann descreve como uma "economia dual", onde coexistem duas realidades distintas: um mercado formal, com trabalhadores que possuem direitos garantidos, e um mercado informal, onde predominam as relações de trabalho precárias, sem proteção social e sem acesso a direitos como aposentadoria, seguro-desemprego e assistência médica. A informalidade surge, portanto, como uma estratégia de sobrevivência para aqueles que não encontram alternativas dentro do mercado de trabalho formal. No entanto, essa transição para o setor informal não é isenta de custos, tanto para os trabalhadores quanto para a economia como um todo.

Para os trabalhadores informais, as consequências dessa forma de inserção no mercado de trabalho são graves. A ausência de direitos trabalhistas implica em uma maior vulnerabilidade, pois eles não possuem uma rede de proteção social em momentos de necessidade, como em casos de doença, acidente de trabalho ou desemprego. A falta de acesso a serviços de saúde e previdência social coloca muitos trabalhadores em uma situação de risco permanente, expondo-os à precariedade e à instabilidade econômica. Além disso, a informalidade tende a perpetuar condições de trabalho insalubres e jornadas de trabalho excessivas, o que pode afetar a saúde física e mental desses trabalhadores, comprometendo sua qualidade de vida.

A instabilidade econômica é outro aspecto importante a ser considerado. A informalidade gera uma maior imprevisibilidade no rendimento desses trabalhadores, que, muitas vezes, dependem de trabalhos temporários ou de pequenas tarefas, com pagamento irregular e sem garantia de continuidade. Essa instabilidade os torna ainda mais vulneráveis, principalmente em períodos de crise econômica, quando as oportunidades de trabalho formal se reduzem e os trabalhadores informais enfrentam dificuldades ainda maiores para se manterem financeiramente. A informalidade, portanto, não é apenas uma questão de ausência de direitos, mas também de insegurança e incerteza constante.

Apesar de suas graves implicações, a informalidade também pode ser vista como uma forma de resistência e adaptação às condições impostas por um mercado de trabalho excludente. Ao buscar alternativas no setor informal, muitos trabalhadores conseguem garantir sua sobrevivência e manter uma certa autonomia diante de um sistema que muitas vezes os marginaliza. A informalidade permite, em certa medida, que esses trabalhadores preservem sua dignidade e autonomia, mesmo que em condições precárias. Porém, como Pochmann coloca, o sentimento de impossibilidade de mudança diante da realidade é uma das características do neoliberalismo:

Ao ser recuperado o conjunto norteador das teses neoliberais, constata-se a fé inquebrantável manifestada por alguns defensores em relação à inexistência de alternativa para o caminho da desregulamentação, do alívio tributário aos ricos e do enxugamento do papel do Estado – fonte maior da contenção do desempenho econômico e do alargamento da pobreza e da desigualdade no mundo, segundo eles. Essa doutrina, levada às últimas consequências, produziu um mundo com enorme desequilíbrio entre o brutal poder econômico concentrado em poucas hipercorporações transnacionais (empreendimentos financeiros e não financeiros), em geral superiores a países e a organismos multilaterais constituídos ainda no imediato pós-guerra para estimular o regulado desenvolvimento global (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, entre outros). (POCHMANN, 2001, p. 35).

Esse fenômeno também reflete a falência de políticas públicas que deveriam garantir a inclusão social e a proteção aos trabalhadores. A falta de políticas eficazes de formalização do trabalho, a escassez de programas de qualificação profissional e a ausência de incentivos para que os trabalhadores informais se integrem ao mercado formal reforçam a desigualdade no país, criando uma dinâmica que perpetua a exclusão e a precariedade.

### **2.3. A Crise do Trabalho Formal e a Ascensão das Ocupações Informais**

A crise do trabalho formal no Brasil tem sido um reflexo direto das mudanças estruturais nas últimas décadas, particularmente no contexto das reformas neoliberais. José Dari Krein (2007), em seu livro “As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil”, examina as transformações institucionais ocorridas a partir da década de 1990. Ele argumenta que essas reformas, que visavam aumentar a

competitividade das empresas no mercado global, resultaram em um enfraquecimento das garantias trabalhistas e na expansão das ocupações informais:

Então, na ordem econômica e política hegemônica no capitalismo a partir dos anos 1980 nos países centrais e dos anos 1990 no Brasil, a **flexibilidade** apresenta dois sentidos bem definidos. Primeiro, possibilitar maior liberdade às empresas na determinação das condições de uso, de contratação e de remuneração do trabalho. Em segundo lugar, possibilitar ajustes no volume e no preço da força de trabalho na perspectiva de reduzir seu custo no cenário descrito acima. Essas duas finalidades concretizam-se, por um lado, por meio da supressão de benefícios e de direitos advindos da legislação e/ou de normas coletivas, o que significa a eliminação, a diminuição ou o afrouxamento da proteção trabalhista e social vigente em cada país. Por outro lado, pela introdução de novas legislações ou normas coletivas que permitam adaptar os direitos trabalhistas à lógica apontada acima, especialmente em relação a quatro temas bastante comuns em diversas experiências nacionais: remuneração, jornada, formas de contratação e alocação do trabalho. (KREIN, 2007, p. 20)

A flexibilização das relações de trabalho, promovida por essas reformas, e a intensificação da rotatividade no emprego contribuíram para a ampliação da informalidade, criando um cenário de crescente precarização das condições de trabalho no país. Essas reformas tiveram um impacto significativo nas dinâmicas do trabalho formal. A busca por uma maior flexibilidade do mercado de trabalho levou à flexibilização das leis trabalhistas e à desconstrução de mecanismos de proteção social, como a redução dos direitos trabalhistas, a terceirização das atividades e a implementação de formas de contratação temporária e precária. Essas transformações, em grande parte impulsionadas pela adoção de um modelo neoliberal de desenvolvimento, tornaram as relações de trabalho mais instáveis e imprevisíveis, ampliando a vulnerabilidade dos trabalhadores.

Essas mudanças não são um fenômeno isolado, mas sim parte de um processo global profundamente relacionado com o modo de se reconfigurar das economias mundiais, visto que a globalização e a transnacionalização do capital geraram uma reestruturação do processo produtivo - isto provoca a redução do espaço para o trabalho formal e, em consequência, estimula o crescimento de um mercado informal e precarizado. Como destaca Klein (2007), a ascensão das ocupações informais no Brasil é um fenômeno permanente na estrutura, e não uma transição temporária ou consequência acidental.

Essa ascensão das ocupações informais está intimamente ligada ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, que se caracteriza por um sistema econômico altamente dependente de fatores externos e pela busca de um crescimento baseado em um mercado de trabalho flexível e desregulamentado. Essa configuração tem levado a uma maior segmentação do mercado de trabalho, no qual coexistem, de um lado, empregos formais com direitos garantidos e, de outro, um mercado informal de trabalho sem qualquer tipo de regulação ou proteção. Krein

organiza formas de contratação e desligamento que facilitam o trabalho precário e informal no Brasil:

[...] concentra-se na flexibilização da contratação no emprego urbano, mostrando a grande diversidade presente na realidade nacional, pois engloba 4 dimensões distintas: 1) a facilidade de o empregador romper o vínculo de emprego unilateralmente e sem precisar justificar; 2) as diversas formas de *contratação atípicas* previstas no arcabouço legal, destacando na análise as clássicas e as novas, introduzidas nos anos 1990, com a finalidade de enfrentar o problema do desemprego. Além disso, destacam-se outras duas dimensões, além da informalidade e do servidor demissível, em que o avanço da flexibilização foi mais intenso; 3) a relação de emprego disfarçada ou simulada; e 4) a terceirização. Em cada modalidade de contratação, serão observadas as mudanças ocorridas recentemente e a sua incidência no mercado de trabalho. Além disso, pretende-se mostrar que a sua principal 'contribuição' é ampliar a insegurança e a precariedade do mercado de trabalho. (KREIN, 2007, pp. 34-35).

Entende-se, então, como a ascensão das ocupações informais tem gerado consequências econômicas e sociais significativas. Para os trabalhadores informais, a falta de estabilidade e a ausência de direitos trabalhistas criam um ciclo contínuo de insegurança econômica. Sem garantias de uma aposentadoria ou seguro-desemprego, esses trabalhadores enfrentam a constante incerteza em relação ao futuro, o que dificulta sua capacidade de planejamento financeiro e de investimento em educação e qualificação profissional.

Além disso, a precarização do trabalho formal tem consequências sociais amplas. A fragilização das instituições do trabalho e a falta de políticas públicas eficazes para lidar com o aumento das ocupações informais perpetuam as desigualdades no país, já que as classes sociais mais vulneráveis acabam sendo as mais afetadas. O enfraquecimento do Estado e a implementação de reformas que priorizam a redução de custos para as empresas em detrimento dos direitos dos trabalhadores resultaram em um cenário de maior exclusão social, no qual uma parcela significativa da população está inserida em ocupações informais, com pouco ou nenhum acesso a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança.

#### **2.4. A Informalidade no Setor Artesanal: O Caso da Costura e da Cerâmica**

A informalidade no setor artesanal brasileiro é um fenômeno particularmente significativo, pois envolve atividades que, embora desempenhem um papel crucial na economia e na preservação de práticas culturais, enfrentam marginalização intensa e marcante falta de reconhecimento institucional. A costura e a cerâmica, dois dos principais segmentos do setor artesanal, são exemplos claros de como a informalidade se manifesta de forma específica e acentuada, principalmente pela ausência de vínculo empregatício formal, pela desvalorização e pelo isolamento dessas atividades no mercado formal.

De acordo com a pesquisa da Aliança Empreendedora (2024), o trabalho de costura no Brasil é predominantemente doméstico, autônomo e feminino, feito em pequenas oficinas, em casa, em um cômodo. Estas mulheres realizam costuras para o setor de moda, para a confecção de roupas e acessórios, ou produzindo peças sob demanda para clientes locais. Contudo, essas profissionais, embora desempenhem uma função essencial para a cadeia produtiva, operam sem qualquer forma de vínculo empregatício formal, sem acesso a benefícios trabalhistas, e com pouca ou nenhuma proteção social. Esse fenômeno é ainda mais acentuado pelo fato de muitas costureiras trabalharem de maneira autônoma ou como microempreendedoras individuais, sem qualquer tipo de apoio institucional.

Apesar da relevância econômica e social que possui o trabalho das costureiras e artesãs, ele ainda é uma exemplificação do trabalho invisível e precarizado, sendo sistematicamente desvalorizado e excluído do mercado formal. Em muitos casos, o trabalho artesanal realizado é marginalizado de forma a não ser reconhecido como atividade profissional legítima, se tornando invisibilizado nas estatísticas econômicas e nas propostas de legislação e regulamentação trabalhistas. Essa invisibilidade é particularmente grave dado que o setor tem expressiva relevância tanto para a economia informal, quanto para a economia como um todo, especialmente em termos de geração de renda para famílias vulneráveis.

O quadro de informalidade no caso da cerâmica é igualmente complexo. A produção da cerâmica no Brasil, dado seu contexto de pequenas oficinas e, especialmente, comunidades tradicionais, é marcada por falta de apoio institucional e acesso radicalmente limitado a políticas públicas de fomento, valorização e fortalecimento dessa atividade, fazendo com que muitos ceramistas, em particular os de regiões periféricas e comunidades indígenas e quilombolas, enfrentem grandes dificuldades de obtenção de recursos, crédito e financiamento, impossibilitando assim a expansão e profissionalização das atividades. Como aponta Marcio Pochmann,

Na Primeira Revolução Industrial (1750-1820), com a introdução da máquina-ferramenta, o conhecimento do trabalho artesanal foi absorvido pela manufatura, permitindo o crescimento extraordinário da produtividade do trabalho. O processo de trabalho individual e autônomo do artesão qualificado transitou para o processo de trabalho coletivo desqualificado do empregado subordinado, ao ritmo da produção estabelecido pela máquina. (POCHMANN, 2001, p. 83).

Assim, é inevitável que, com a pressão de produção em larga-escala, reprodutibilidade e consumo desenfreado, as produções artesanais, lentas e únicas, percam valor agregado e sejam limitadas no que tange à inserção no trabalho formal. O pequeno ceramista, enfrentando barreiras estruturais significativas, não consegue inserir seu produto em mercados maiores e mais lucrativos, ficando restrito a um mercado local e informal, o que dificulta a sua progressão econômica e o acesso a melhores condições de trabalho.

Essa informalidade, porém, não se dá apenas por falta de políticas públicas, mas também pela marginalização histórica de determinadas formas de trabalho que, embora essenciais para a identidade cultural e social do Brasil, continuam à margem das discussões sobre direitos e reconhecimento no mercado de trabalho formal. A informalidade no setor artesanal, tanto da costura quanto da cerâmica, é, portanto,

uma consequência de uma sociedade que desvaloriza determinadas atividades produtivas e que não reconhece adequadamente a contribuição significativa desses trabalhadores para a economia.

Em um cenário mais amplo, a superação da informalidade nesse setor passa pela implementação de políticas públicas que promovam o reconhecimento e a valorização das atividades artesanais, ao mesmo tempo em que garantam acesso a crédito, capacitação técnica e inserção nos mercados formais. Isso exigiria uma revisão das políticas de apoio ao setor artesanal, bem como um esforço para integrar as produções locais e tradicionais em um mercado mais amplo, respeitando suas especificidades culturais, ao mesmo tempo em que assegura os direitos trabalhistas dos envolvidos.

### ***2.5. O Impacto da Informalidade nas Mulheres e nas Populações Marginalizadas***

A informalidade no Brasil, embora afete uma grande parte da população trabalhadora, tem um impacto especialmente intenso nas mulheres, particularmente aquelas que são negras, moradoras de áreas periféricas e rurais. A desigualdade de gênero e raça, aliada à precariedade do trabalho informal, gera um ciclo de vulnerabilidade que se perpetua ao longo das gerações. Muitas dessas mulheres, que estão inseridas em setores como o trabalho doméstico, a costura e a cerâmica, enfrentam condições de trabalho precárias e, ao mesmo tempo, lidam com a desvalorização social e econômica dessas atividades.

O trabalho doméstico, em particular, é uma das formas de informalidade mais prevalentes entre as mulheres brasileiras. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024), uma grande parte das mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico não tem vínculo formal de emprego, e, quando o têm, a remuneração é extremamente baixa, muitas vezes sem o devido reconhecimento das funções desempenhadas. Esse setor de trabalho, essencial para o funcionamento da sociedade, é também um dos mais invisíveis e desvalorizados, o que acentua a desigualdade de gênero e raça. As mulheres negras e de classes sociais mais baixas, em especial, estão mais suscetíveis a viver essa realidade, enfrentando não só a falta de acesso a direitos trabalhistas, como também a discriminação racial e de classe.

Além do trabalho doméstico, atividades como a costura e a cerâmica, que tradicionalmente têm uma alta concentração de mulheres, também estão imersas em uma realidade de informalidade. O trabalho de costura, por exemplo, embora realizado em grande parte por mulheres, é frequentemente invisibilizado na economia formal. Muitas mulheres que trabalham como costureiras, seja em suas casas ou em pequenas oficinas, não têm acesso a um salário justo, a direitos trabalhistas, nem a condições de trabalho dignas. Esse fenômeno é mais acentuado nas regiões periféricas das grandes cidades e nas áreas rurais, onde as mulheres dependem do trabalho informal como principal fonte de renda.

A cerâmica, por sua vez, é outro setor que abriga uma grande quantidade de mulheres, especialmente em comunidades tradicionais, como as indígenas e quilombolas. No entanto, como no caso da costura, a cerâmica é caracterizada por uma grande informalidade, o que limita o acesso das mulheres ceramistas a mercados mais amplos e a políticas públicas de incentivo. Pochmann (2001) observa que os artesãos, muitas vezes, enfrentam dificuldades estruturais, como a falta de crédito e

de apoio institucional, que os impede de melhorar suas condições de trabalho e ampliar sua participação no mercado formal.

O fenômeno da informalidade, portanto, não pode ser entendido de forma isolada. As condições de vulnerabilidade dos trabalhadores informais são intensificadas por fatores interseccionais, como gênero, raça, classe social e localização geográfica. As mulheres, especialmente as negras e as que vivem em periferias e áreas rurais, são as mais impactadas pela precariedade do trabalho informal. Esses fatores interseccionais contribuem para uma perpetuação das desigualdades sociais, criando uma camada de desigualdade que vai além da simples questão econômica, mas que se configura em um problema de justiça social.

A informalidade é, no entanto, muitas vezes romantizada como forma de liberdade e autonomia, como uma organização de trabalho que prioriza a escolha do trabalhador:

A flexibilização aparece como “resposta” a um ambiente em que tende a se intensificar a concorrência intercapitalista, num contexto de instabilidade e baixo dinamismo do produto, crescente importância do capital financeiro (*financeirização*), prevalência de políticas econômicas restritivas voltadas ao controle da inflação e elevação do desemprego. Nesse sentido, ela poderia proporcionar “graus adicionais de liberdade” às empresas para ajustarem o volume do pessoal empregado às flutuações da demanda por seus produtos. O objetivo de redução dos custos do trabalho seria atingido evitando-se a subutilização de trabalhadores em fases recessivas — os custos unitários do trabalho poderiam ser ajustados ao volume da produção que o mercado pode absorver a cada momento. (KREIN, 2007, p. 19)

Ao tratar a informalidade como uma estratégia de sobrevivência, essa visão não leva em consideração as dificuldades adicionais que as mulheres e as populações marginalizadas enfrentam nesse contexto. A ausência de acesso a direitos trabalhistas, como previdência social e assistência médica, a instabilidade financeira e a ausência de proteção contra abusos no local de trabalho contribuem para a intensificação das desigualdades de gênero e raça.

Além disso, a informalidade muitas vezes não oferece uma rede de apoio ou qualquer tipo de organização sindical ou coletiva que possa garantir uma melhoria das condições de trabalho. Isso se reflete, por exemplo, na dificuldade que as mulheres encontram em buscar soluções para problemas como a sobrecarga de trabalho, as baixas remunerações e a falta de condições adequadas de saúde e segurança no ambiente de trabalho. Em um cenário de informalidade generalizada, essas trabalhadoras ficam ainda mais vulneráveis à exploração e à discriminação.

## **2.6. Respostas e Alternativas: Cooperativas e Redes Solidárias**

Embora a informalidade do trabalho no Brasil apresente desafios profundos, diversas iniciativas têm surgido como formas de enfrentamento da precarização e exclusão dos trabalhadores. Entre essas alternativas, destacam-se as cooperativas,

associações de trabalhadores e redes solidárias, que visam criar soluções sustentáveis para a integração dos trabalhadores informais ao mercado, ao mesmo tempo em que preservam suas autonomias e características culturais.

As cooperativas são uma das formas mais significativas de organização coletiva que têm surgido no Brasil como resposta à precariedade do trabalho informal. Elas são uma alternativa poderosa ao modelo tradicional de trabalho assalariado, pois permitem que os trabalhadores se unam para obter melhores condições de trabalho, sem abrir mão de sua independência. Ao se organizarem coletivamente, os trabalhadores conseguem dividir responsabilidades, custos e lucros de maneira mais justa, garantindo acesso a benefícios que o trabalho informal isolado não proporciona, como o acesso à saúde, aposentadoria, educação e crédito. Além disso, as cooperativas podem atuar como uma forma de resistência às grandes empresas e à exploração do trabalho, permitindo que os trabalhadores preservem as tradições e formas de produção locais, como no caso das cooperativas de ceramistas e costureiras, que produzem de forma artesanal e sustentável.

Redes solidárias também têm se mostrado uma forma importante de enfrentar a informalidade e promover a inclusão dos trabalhadores marginalizados. Estas redes, compostas por grupos de produtores, consumidores e organizações da sociedade civil, buscam criar uma economia baseada na solidariedade, na troca justa e no apoio mútuo. Elas incentivam a produção local, o comércio justo e a valorização dos saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que enfrentam a exclusão do mercado formal. Por meio dessas redes, trabalhadores informais podem ter acesso a canais de comercialização, educação e capacitação, além de fortalecer a sua identidade cultural e resistência social.

Essas iniciativas têm se expandido e buscado o apoio das políticas públicas. O reconhecimento das cooperativas e o incentivo à formalização de pequenos produtores têm sido apontados como estratégias importantes para melhorar as condições de vida e trabalho das populações marginalizadas. O apoio governamental, seja por meio de financiamentos, capacitações ou a facilitação do acesso a mercados mais amplos, pode ser crucial para o fortalecimento dessas iniciativas. Isso, por sua vez, pode contribuir para a superação da precarização do trabalho informal, possibilitando que trabalhadores e trabalhadoras, principalmente no setor artesanal, alcancem uma maior autonomia econômica e social.

## **2.7. Conclusão**

A informalidade no Brasil é um fenômeno complexo, que envolve uma série de fatores históricos, econômicos e sociais. No contexto do artesanato, como a costura e a cerâmica, essa informalidade é ainda mais profunda, afetando particularmente as mulheres e as populações marginalizadas. Superar a informalidade exige uma abordagem que vá além da simples formalização das relações de trabalho, e que leve em consideração as especificidades dessas práticas culturais e a valorização do trabalho como um direito.

As alternativas para a superação da informalidade podem ser encontradas na promoção de políticas públicas inclusivas e no fortalecimento das redes de solidariedade e organização comunitária. Assim, a informalidade deixa de ser um fenômeno isolado e passa a ser vista como uma questão central na luta por uma

sociedade mais justa e equitativa.

### **3 ESTUDOS DE CASO**

A construção de um espaço dedicado à produção e exposição de peças artesanais, especialmente nas áreas de cerâmica e costura, requer não apenas soluções arquitetônicas funcionais, mas também uma compreensão sensível das práticas culturais que o fundamentam. Nesse contexto, foram selecionados três estudos de caso que servem como referência para a proposta arquitetônica: a Galeria Luciana Brito, em São Paulo (SP); o Atelier Pina Cerâmica, também em São Paulo (SP); e o Ateliê Long Goy, localizado em Chiang Mai, Tailândia. Cada um desses projetos, à sua maneira, oferece soluções espaciais e conceituais relevantes para a articulação entre produção, exposição e convivência em ambientes que respeitam a singularidade de suas práticas e contextos.

A Galeria Luciana Brito, implantada em uma casa modernista tombada, propõe uma experiência expositiva integrada à vivência cotidiana, onde a arte circula livremente pelos espaços domésticos, rompendo com a linearidade comum às galerias tradicionais. Já o Atelier Pina Cerâmica se destaca por aliar a produção artesanal da cerâmica à valorização de um espaço de acolhimento e troca, onde o fazer manual se entrelaça à arquitetura de forma orgânica e acolhedora. Por fim, o Ateliê Long Goy, na Tailândia, exemplifica uma abordagem inovadora de integração entre ateliê, showroom e espaço comunitário, utilizando materiais simples e técnicas vernaculares para construir uma experiência sensível e acessível.

A análise desses três projetos contribui para o desenvolvimento de um espaço que, embora tenha fins lucrativos, não se estrutura a partir da lógica do consumo, mas sim da valorização do fazer manual, da convivência e da preservação da cultura. O projeto em Lavras busca, assim, responder aos desafios contemporâneos de sustentabilidade cultural e econômica do artesanato brasileiro, propondo um ambiente que fortaleça a identidade local, promova o reconhecimento do trabalho artesanal e estabeleça novas formas de relação entre produtores, visitantes e a comunidade.

## **Galeria Luciana Brito / São Paulo – SP**

### **Piratininga Arquitetos Associados**

A Galeria Luciana Brito está situada na Avenida Nove de Julho, nº 5162, no bairro Jardim Europa, na cidade de São Paulo. O espaço expositivo foi implantado na antiga residência modernista Castor Delgado Perez, projeto assinado pelo arquiteto Rino Levi com paisagismo concebido por Roberto Burle Marx. A intervenção, realizada em 2016 pelo escritório Piratininga Arquitetos Associados, exemplifica uma abordagem de requalificação arquitetônica que combina sustentabilidade, preservação patrimonial e valorização cultural. A transformação da residência em galeria não ocorreu por meio de uma ruptura com o passado, mas sim pela valorização das características originais da casa, resultando em uma adaptação sensível e sofisticada ao novo uso.



*Figura 1: Vista interna da galeria*

*Fonte: PIRATININGA ARQUITETOS ASSOCIADOS. Galeria Luciana Brito. ArchDaily, 03 mar. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/867909/galeria-luciana-brito-piratininga-arquitetos-associados>. Acesso em: 25 mar. 2025.*

O projeto não busca transformar, mas ressignificar a edificação. A residência modernista foi mantida em sua estrutura e organização espacial originais, convertendo-se em galeria sem a imposição de barreiras formais entre os ambientes de exposição e os de convivência. A arquitetura rejeita a linearidade habitual dos

museus tradicionais, substituindo o percurso programado por um fluxo livre e fluido, em que o visitante é convidado a habitar o espaço em vez de apenas percorrê-lo. A integração entre as obras de arte e a arquitetura propicia uma experiência imersiva: os antigos espaços domésticos, como as salas de estar e jantar, mantêm suas proporções e abrigam as obras sem divisórias ou suportes artificiais, promovendo uma percepção espacial contínua e fluida.

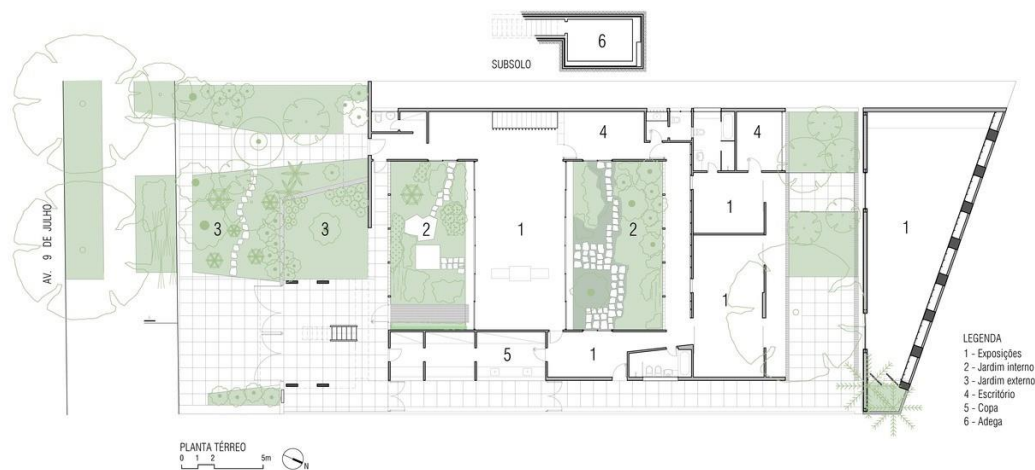


Figura 2: Planta baixa da galeria

Fonte: PIRATININGA ARQUITETOS ASSOCIADOS. Galeria Luciana Brito. ArchDaily, 03 mar. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/867909/galeria-luciana-brito-piratininga-arquitetos-associados>. Acesso em: 25 mar. 2025.

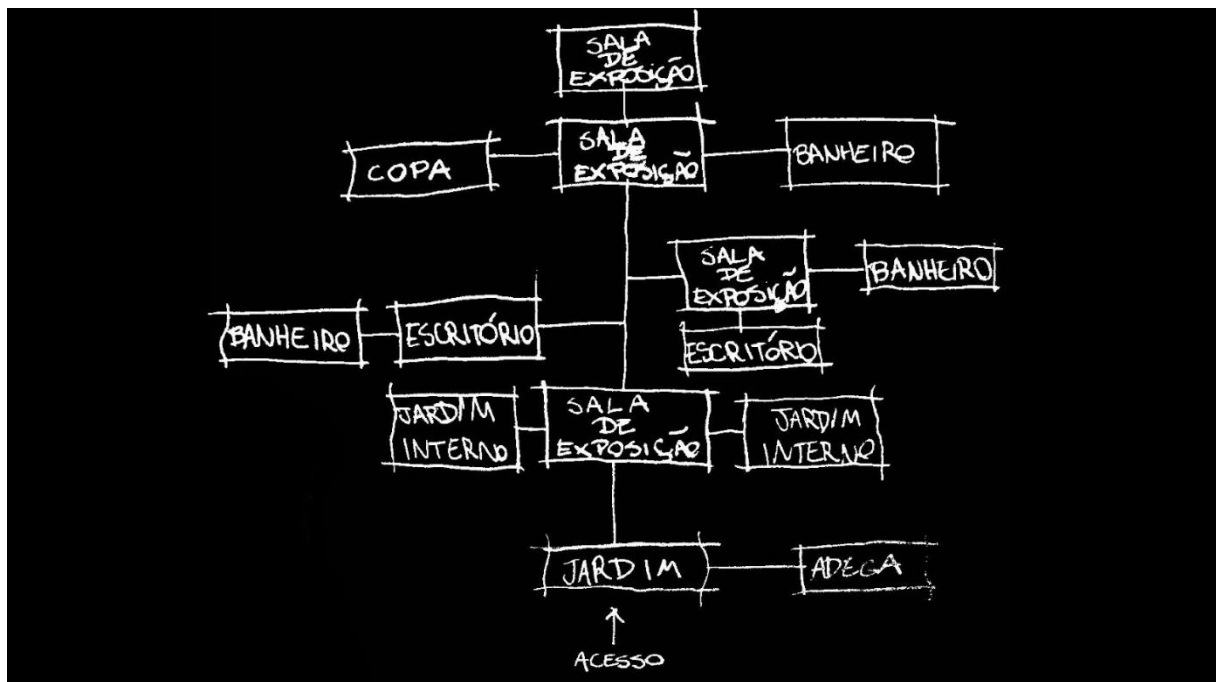


Figura 3: Fluxograma da galeria

Fonte: Produzido pelo autor (2025)

A Galeria Luciana Brito organiza-se espacialmente em três setores principais, cujas funções são claramente definidas. O setor social compreende os ambientes voltados à recepção do público e à fruição artística, incluindo o jardim interno e externo, as salas de exposição e a adega, que contribuem para uma experiência cultural integrada ao ambiente arquitetônico e paisagístico. O setor administrativo concentra-se nos escritórios, destinados à gestão da galeria e ao suporte institucional. Já o setor de serviço abriga os espaços de apoio funcional, como os banheiros e a copa, que garantem o pleno funcionamento e a comodidade dos usuários e da equipe.

Essa organização espacial reforça a ideia de que arte e vida cotidiana podem coexistir de maneira orgânica, favorecendo uma relação mais íntima, sensível e menos comercial com as obras. A galeria evita os elementos expositivos convencionais, como paredes móveis, trilhos ou iluminação técnica intensa, e utiliza a espacialidade da casa como estrutura expositiva. A escala doméstica, nesse contexto, torna-se aliada de uma fruição mais próxima e humanizada da arte.



*Figura 4: Vista do jardim interno da galeria*

*Fonte: PIRATININGA ARQUITETOS ASSOCIADOS. Galeria Luciana Brito. ArchDaily, 03 mar. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/867909/galeria-luciana-brito-piratininga-arquitetos-associados>. Acesso em: 25 mar. 2025.*

Além do interior da residência, os jardins laterais e as pérgolas de concreto – elementos originais do projeto – foram preservados e integrados à experiência da galeria. A iluminação natural penetra de forma generosa, enquanto a ventilação cruzada, assegurada pelas aberturas voltadas para os pátios internos, reduz a necessidade de sistemas artificiais, contribuindo para a sustentabilidade passiva da edificação.

O bairro Jardim Europa, onde a galeria se localiza, possui uma história profundamente associada à concepção de cidade-jardim, idealizada na década de 1920 por Hipólito Pujol Jr. O traçado urbano privilegiou ruas sinuosas, vegetação abundante e lotes amplos, com o objetivo de promover o bem-estar e o convívio social. Ao longo do tempo, a região passou a abrigar relevantes instituições culturais, como o Museu da Imagem e do Som (MIS), o Museu Brasileiro da Escultura e Ecologia (MuBE) e a Fundação Ema Klabin. A coexistência de arte e paisagem consolidou o Jardim Europa como território simbólico de valorização da cultura.

Do ponto de vista técnico e urbano, a área em torno da galeria é majoritariamente residencial, composta por edificações de baixo gabarito – geralmente de um ou dois pavimentos – o que preserva a escala humana e a

ambiência tranquila. Apesar da presença de alguns usos comerciais e culturais, o bairro mantém um perfil sereno, com reduzida poluição sonora e visual, favorecendo a instalação de espaços voltados à arte e à contemplação.

Embora a Avenida Nove de Julho seja uma via de tráfego intenso, o trecho onde se localiza a galeria se beneficia da organização urbanística do bairro e de calçadas largas e arborizadas. O trânsito não compromete a experiência dos visitantes, pois o acesso à galeria ocorre de maneira controlada e confortável. A manutenção da escala residencial no edifício evita o caráter intimidante de arquiteturas monumentais e formais, frequentemente associadas a museus, proporcionando ao visitante a sensação de adentrar um espaço de convivência onde a arte está integrada ao cotidiano.

Essa proposta apresenta-se especialmente significativa no contexto contemporâneo, marcado pela busca por espaços culturais mais abertos, acessíveis e inseridos na vida cotidiana. A Galeria Luciana Brito propõe uma alternativa à exposição convencional, ao incorporar as obras de arte em ambientes de estar, circulação e encontro, rompendo com a lógica sequencial dos museus tradicionais e promovendo uma experiência sensorial, subjetiva e informal.

A localização da galeria, portanto, transcende o aspecto funcional ou estético, assumindo uma dimensão simbólica. Ela afirma a possibilidade de integrar arte e cultura ao cotidiano, subvertendo as lógicas mercadológicas que frequentemente instrumentalizam a arte. A Galeria Luciana Brito configura-se como espaço de resistência simbólica, onde a contemplação, o encontro e o afeto são priorizados, e onde a arquitetura atua como mediadora entre o objeto artístico e o espectador.

Essa abordagem revela-se especialmente valiosa para o desenvolvimento de novos projetos culturais, como o ateliê e galeria a serem implantados em Lavras, Minas Gerais. O caso da Galeria Luciana Brito oferece importantes lições sobre como conceber um espaço cultural que conjugue produção, exposição e convivência, promovendo experiências culturais autênticas mesmo quando envolto em uma estrutura com fins lucrativos.

## ***Atelier Pina Cerâmica / São Paulo – SP***

### **Alvorada Arquitetos**

O Atelier Pina Cerâmica foi projetado pelo escritório Alvorada Arquitetos e concluído em 2021, o projeto se destaca por propor uma experiência que transcende a lógica convencional da loja ou galeria, funcionando simultaneamente como ateliê e loja. A proposta promove uma relação fluida entre o público, o processo produtivo e as peças cerâmicas.



*Figura 5: Fachada do atelier*

*Fonte: ALVORADA ARQUITETOS. Ateliê Pina Cerâmica. ArchDaily, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/964445/atelier-pina-ceramica-alvorada-arquitetos>. Acesso em: 25 mar. 2025.*

A Rua Cônego Eugênio Leite, número 721, situada no bairro de Pinheiros, em São Paulo, configura-se como um local estratégico para a instalação de um ateliê cerâmico, em razão de sua relevante história cultural e da dinâmica urbana favorável às atividades artísticas. O bairro de Pinheiros é um dos mais antigos da cidade, com origens que remontam ao século XVI, quando foi estabelecido como aldeamento indígena. Desde então, passou por sucessivas transformações, consolidando-se como um polo cultural e artístico. Sua proximidade com a Vila Madalena – região reconhecida pela efervescência cultural e pelo célebre Beco do Batman – reforça essa

vocação, oferecendo um ambiente propício à expressão criativa e à experimentação artística.

A Rua Cônego Eugênio Leite é classificada como via residencial e apresenta edificações de baixo a médio porte, geralmente de dois a três pavimentos. Essa conformação urbana contribui para um ambiente calmo, com baixos níveis de poluição sonora e visual, favorecendo a concentração e a produção artística. A infraestrutura local é adequada, contando com calçadas amplas e iluminação pública eficiente, o que facilita o acesso e garante segurança aos visitantes.

Do ponto de vista da mobilidade urbana, a localização do ateliê apresenta vantagens significativas. A rua oferece fácil acesso a importantes vias da cidade, como a Avenida Rebouças e a Rua dos Pinheiros, além de estar próxima a estações de metrô e corredores de ônibus. Tal conectividade amplia o alcance do ateliê, facilitando a chegada de clientes e parceiros. A presença de estabelecimentos comerciais e culturais nas imediações também contribui para sua visibilidade e integração com a comunidade local.

Assim, a escolha desse endereço revela-se estratégica, na medida em que articula a tradição cultural do bairro com uma infraestrutura urbana favorável à produção e difusão artística. A atmosfera acolhedora e inspiradora de Pinheiros, aliada à acessibilidade e à tranquilidade da Rua Cônego Eugênio Leite, cria um cenário propício para o desenvolvimento de atividades cerâmicas, promovendo a valorização do artesanato e da cultura local.

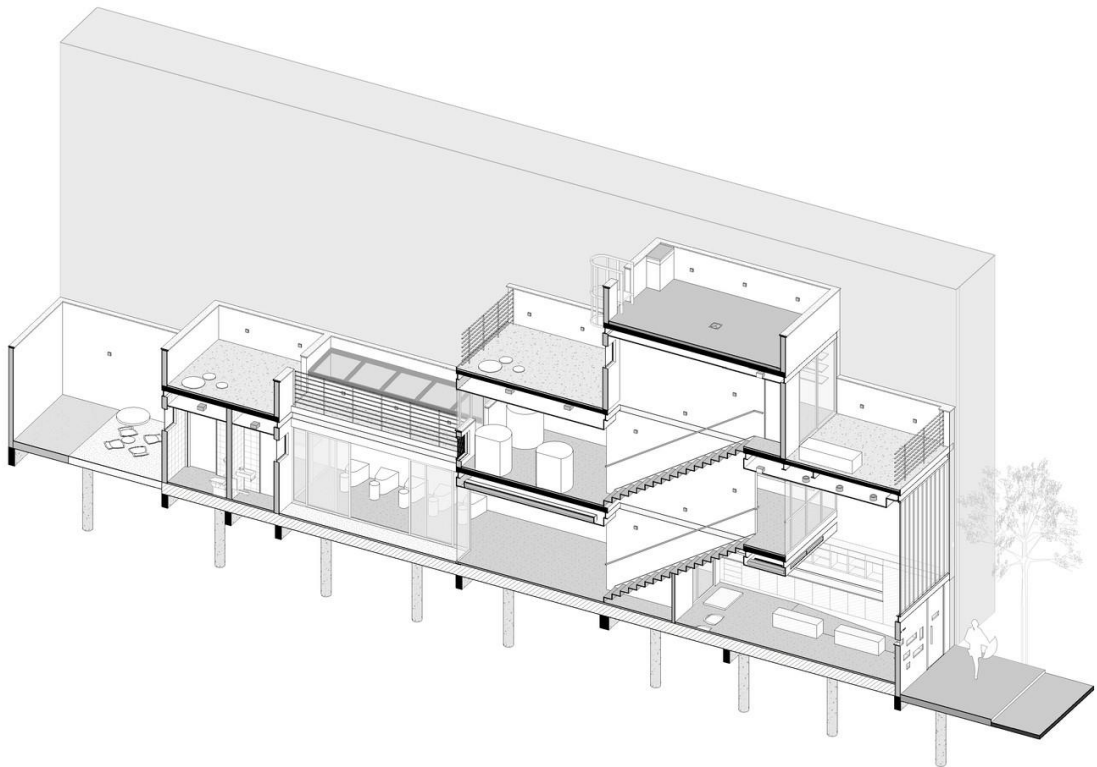


Figura 6: Corte isométrico do atelier

Fonte: ALVORADA ARQUITETOS. Ateliê Pina Cerâmica. ArchDaily, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/964445/atelier-pina-ceramica-alvorada-arquitetos>. Acesso em: 25 mar. 2025.

O projeto enfrentou importantes desafios técnicos e espaciais, uma vez que o lote original, com 4 metros de largura por 30 de profundidade, era ocupado por uma edificação precária e sem viabilidade de reaproveitamento estrutural. A solução adotada consistiu na construção de um novo edifício de três pavimentos, com alvenaria estrutural nas laterais, vigas metálicas transversais tipo W e lajes pré-moldadas. Essa configuração estrutural racional permitiu superar os desafios logísticos inerentes a um terreno estreito e urbano, ao mesmo tempo em que forneceu uma base flexível para a distribuição dos ambientes.

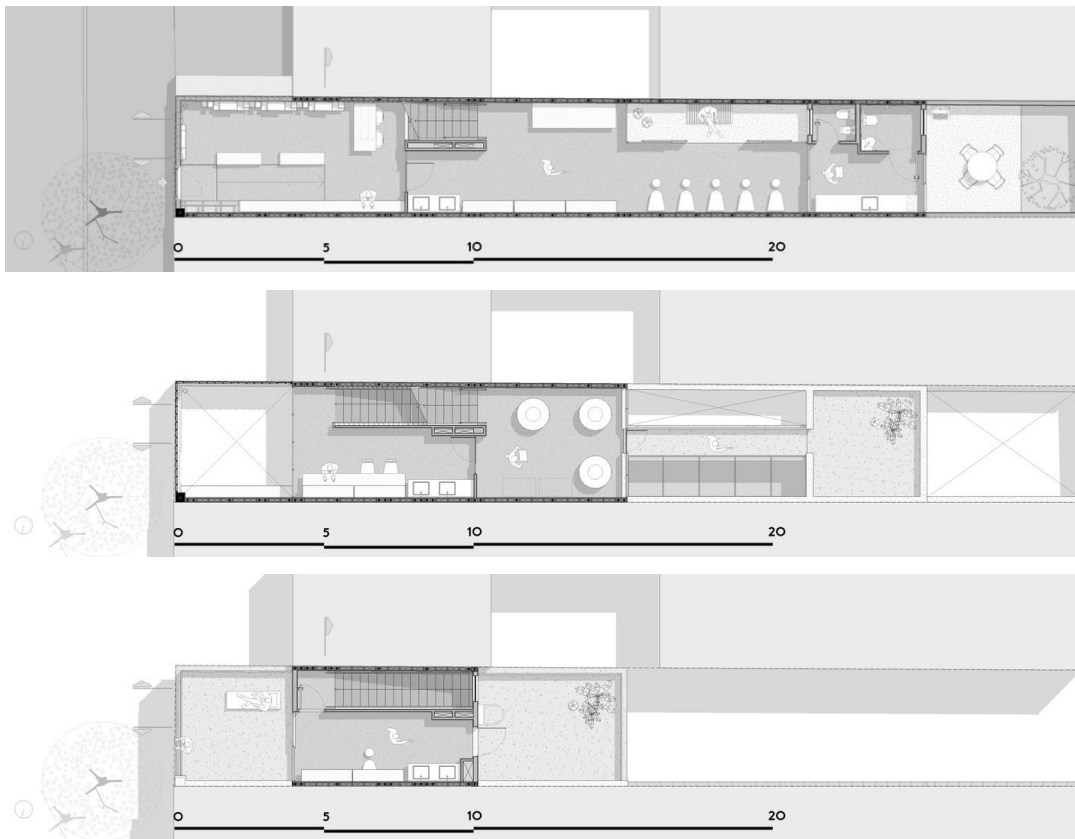


Figura 7: Planta baixa do atelier

Fonte: ALVORADA ARQUITETOS. Ateliê Pina Cerâmica. ArchDaily, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/964445/ateliê-pina-ceramica-alvorada-arquitetos>. Acesso em: 25 mar. 2025.

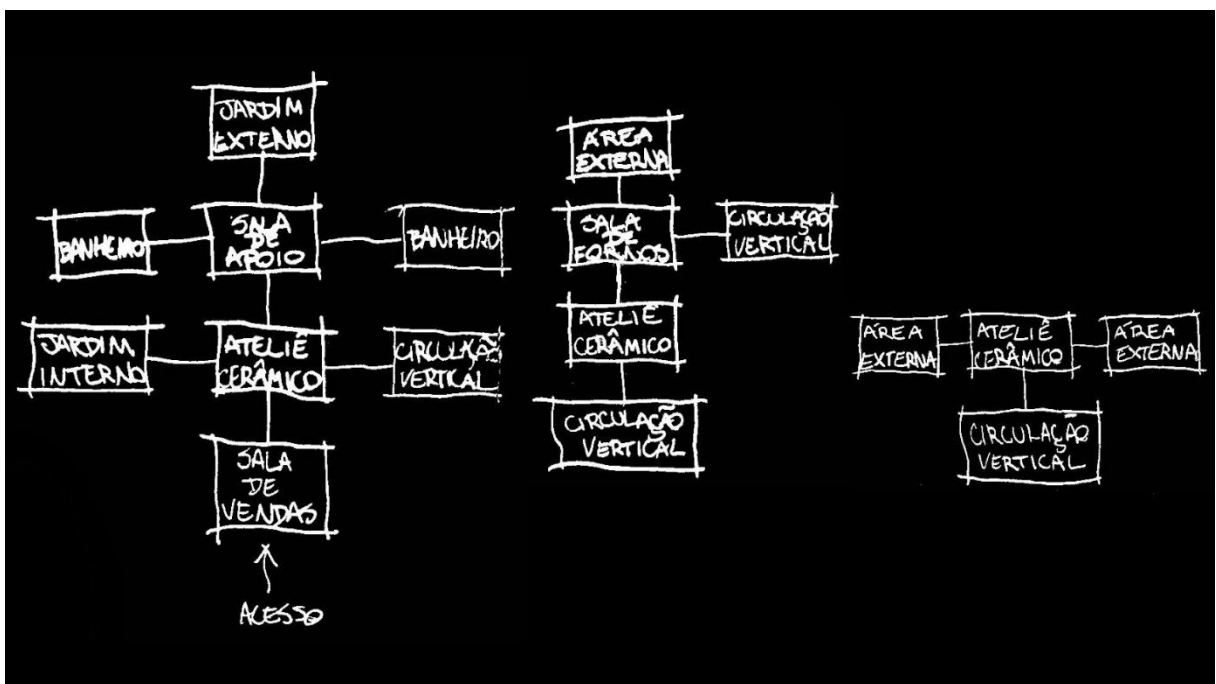


Figura 8: Fluxograma do atelier

*Fonte: Produzido pelo autor (2025)*

O Atelier Pina Cerâmica apresenta uma organização espacial que se distribui entre os setores social e de serviço, de forma integrada e funcional. O setor social é composto pelo jardim interno e pela área externa, além das salas de vendas, que funcionam como espaços de convivência e de contato direto com o público, promovendo uma experiência acolhedora. Já o setor de serviço abrange os ambientes voltados à produção e ao suporte técnico, como os banheiros, as salas de produção cerâmica, a sala de apoio e a sala dos fornos, garantindo o fluxo contínuo das atividades artesanais e o bom funcionamento do ateliê.

O programa do ateliê distribui-se em três níveis distintos: no térreo, encontram-se a loja, o lobby, o espaço para oficinas de modelagem e uma cafeteria voltada para o jardim nos fundos. No primeiro pavimento, estão os fornos elétricos e a sala de esmaltação. Já o terceiro pavimento abriga as atividades de torno e lazer, com terraços abertos para a rua e para o jardim interno. Essa disposição espacial contínua permite uma visualização ampla de todos os setores do ateliê, conectando o visitante aos processos de produção de maneira fluida. A área da loja, com pé-direito duplo, é rodeada por prateleiras embutidas e iluminada por luz difusa, dissolvendo a separação entre os espaços expositivos, técnicos e sociais.

A integração entre o espaço de exposição, o cotidiano do ateliê e a circulação dos visitantes merece destaque. A edificação, como um todo, configura-se como um espaço de convivência, que convida à permanência, ao diálogo e à contemplação. Trata-se de uma arquitetura que resiste à lógica imediatista do consumo, valorizando o contato com a materialidade, o tempo e o fazer artesanal.



*Figura 9: Acesso do atelier*

*Fonte: ALVORADA ARQUITETOS. Ateliê Pina Cerâmica. ArchDaily, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/964445/atelier-pina-ceramica-alvorada-arquitetos>. Acesso em: 25 mar. 2025.*

Outro aspecto relevante do projeto são as soluções passivas adotadas para iluminação e ventilação, que reforçam o conforto ambiental e a sustentabilidade do espaço. A fachada possui pequenas aberturas com vidro leitoso, que filtram a luz natural e geram efeitos visuais sutis. Durante o dia, a iluminação zenital e as aberturas laterais garantem abundante luminosidade sem ofuscamento, criando um ambiente neutro que valoriza a cerâmica. À noite, as vitrines estreitas iluminam-se de dentro para fora, revelando parcialmente o interior e despertando a curiosidade dos transeuntes.



*Figura 10: Vista interna do atelier*

*Fonte: ALVORADA ARQUITETOS. Ateliê Pina Cerâmica. ArchDaily, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/964445/atelier-pina-ceramica-alvorada-arquitetos>. Acesso em: 25 mar. 2025.*

Para além das soluções técnicas e funcionais, o Atelier Pina Cerâmica propõe uma forma de ocupação urbana mais sensível e conectada aos processos humanos. A articulação entre os ambientes reforça uma vivência que privilegia a experiência cultural, o tempo do fazer e o encontro, em detrimento da lógica do consumo. O espaço, assim, se configura como um modelo de arquitetura consciente, que integra produção, comercialização e cultura de maneira orgânica e afetiva.

## **Ateliê Long Goy / Chiang Mai, Tailândia**

### **Sher Maker**

O Ateliê Long Goy desenvolvido pelo escritório Sher Maker e concluído em 2022 foi concebido como um espaço integrado para a marca Long Goy, que atua no campo da moda e do design com uma abordagem artesanal e experimental. O projeto materializa uma síntese entre a tradição vernacular e a inovação funcional.



*Figura 11: Vista externa do ateliê*

*Fonte: SHER MAKER. Ateliê Long Go-y. ArchDaily, 19 jul. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/996362/atelie-long-goy-sher-maker>. Acesso em: 25 mar. 2025.*

San Klang, localizado no distrito de San Pa Tong, na província de Chiang Mai, Tailândia, constitui um território onde as tradições culturais se articulam com um ambiente favorável ao desenvolvimento de atividades artesanais, como a costura. Historicamente, San Pa Tong desempenhou um papel relevante como ponto de passagem para viajantes que se dirigiam à cidade de Chiang Mai, o que fomentou o surgimento de mercados de artesanato ao longo das principais rodovias da região. Embora o fluxo de viajantes tenha diminuído com a construção de novas rotas, muitos artesãos continuam a exercer seus ofícios, contribuindo para a preservação da herança cultural local.

O bairro de San Klang caracteriza-se por uma paisagem urbana que combina residências tradicionais tailandesas com empreendimentos modernos, como condomínios e vilas. As edificações, predominantemente de um a dois pavimentos, mantêm uma escala humana e preservam a tranquilidade do entorno. Embora a área

seja essencialmente residencial, há a presença de estabelecimentos comerciais e educacionais próximos, como a Grace International School e a North-Chiang Mai University, o que contribui para a diversidade e dinamismo da comunidade.

Nesse contexto, a instalação de um ateliê de costura em San Klang revela-se estratégica, tanto do ponto de vista cultural quanto prático. A forte tradição artesanal da região oferece uma base simbólica rica para a produção têxtil, ao passo que o ambiente sereno favorece a concentração e a criatividade. Ademais, a localização próxima a centros urbanos e a presença de infraestrutura adequada – como estradas asfaltadas e serviços públicos – facilitam o acesso de clientes e otimizam a logística de distribuição das peças produzidas.

A poluição sonora e visual em San Klang é reduzida, em razão de sua natureza predominantemente residencial e da ausência de grandes complexos industriais ou centros comerciais. O tráfego é moderado, o que contribui para um ambiente calmo, essencial à realização de atividades que exigem concentração, como a costura. Esse cenário também se mostra atrativo para consumidores que valorizam produtos artesanais de alta qualidade, confeccionados em um espaço autêntico e acolhedor.

Dessa forma, San Klang apresenta um equilíbrio entre tradição cultural e infraestrutura contemporânea, consolidando-se como um local propício à implantação de um ateliê de costura. A herança artesanal local, aliada a um ambiente acessível e tranquilo, estabelece as condições ideais para o florescimento de práticas têxteis artesanais voltadas tanto à comunidade local quanto a um público mais amplo, interessado em autenticidade e qualidade.

O terreno, anteriormente ocupado por um celeiro de arroz típico do norte tailandês, foi mantido em seu alinhamento e proporções originais, como forma de preservar a memória arquitetônica local. A nova edificação, denominada “long house” (casa longa), adota uma volumetria longitudinal, com estrutura simples e materiais acessíveis – como aço, madeira e painéis industriais –, estabelecendo um diálogo direto com o contexto rural e evitando qualquer imposição estética.

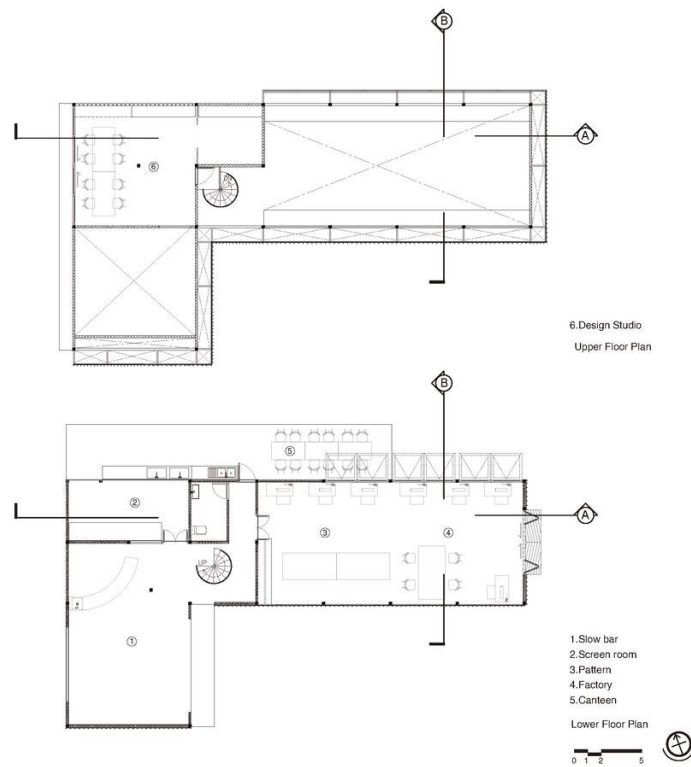


Figura 12: Planta baixa do ateliê

Fonte: SHER MAKER. Ateliê Long Go-y. ArchDaily, 19 jul. 2022. Disponível em:  
<https://www.archdaily.com.br/br/996362/atelie-long-goy-sher-maker>. Acesso em: 25 mar. 2025.

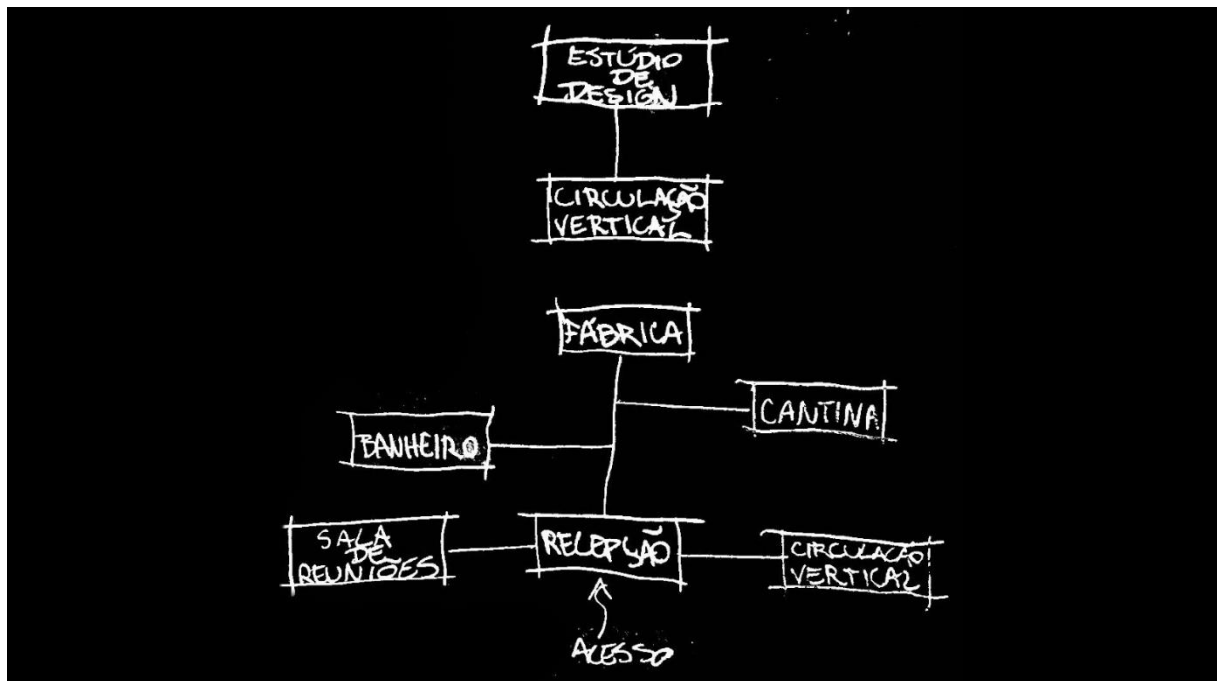


Figura 13: Fluxograma do ateliê

*Fonte: Produzido pelo autor (2025)*

O Atelier Long Goy organiza seus ambientes em três setores principais, distribuídos de forma fluida e integrada ao longo do edifício. O setor social é composto pela recepção e pelo banheiro, funcionando como ponto de acolhimento inicial ao público. O setor de serviço concentra as atividades operacionais e criativas, reunindo a fábrica, o estúdio de design e a cantina, que oferece suporte ao cotidiano dos trabalhadores e visitantes. Já o setor administrativo é representado pela sala de reuniões, destinada à gestão, planejamento e discussões estratégicas, completando a dinâmica funcional do espaço.

Com aproximadamente 200 m<sup>2</sup>, o edifício abriga, de maneira contínua e orgânica, um ateliê de costura, sala de testes e cantina. O ambiente principal, destinado à criação e à produção das peças, ocupa a maior parte da planta e conta com pé-direito duplo. A ventilação é assegurada por um átrio central elevado, enquanto a iluminação natural provém de aberturas voltadas para o norte, garantindo luz difusa adequada à prática artesanal e evitando o aquecimento excessivo proveniente do sul.



*Figura 14: Vista externa do ateliê*

*Fonte: SHER MAKER. Ateliê Long Go-y. ArchDaily, 19 jul. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/996362/atelie-long-goy-sher-maker>. Acesso em: 25 mar. 2025.*

Um dos aspectos mais relevantes do projeto é a ausência de compartimentações rígidas entre as zonas de produção, convivência e exposição. O visitante é convidado a experimentar o processo criativo de maneira imersiva, podendo observar, percorrer e vivenciar os ambientes onde as peças são concebidas, discutidas e testadas.



Figura 15: Materiais do ateliê

Fonte: SHER MAKER. Ateliê Long Go-y. ArchDaily, 19 jul. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/996362/atelie-long-goy-sher-maker>. Acesso em: 25 mar. 2025.

A fachada do edifício também expressa a integração entre prática artesanal e identidade local. Construída com painéis tingidos com selante azul e madeira de lei tratada em tons vermelho-azulados, ela apresenta uma superfície plissada que remete diretamente às técnicas têxteis empregadas pela marca Long Goy. Assim, o edifício converte-se em uma extensão simbólica do fazer artesanal que abriga.

Na parte posterior do ateliê, um pavilhão de jardim foi adicionado, funcionando como espaço de descanso e encontro. Essa área reforça o caráter comunitário do projeto,

promovendo o diálogo, a permanência e o intercâmbio entre visitantes, criadores e colaboradores. O edifício transcende, assim, as funções convencionais de galeria ou loja, consolidando-se como um espaço de experimentação contínua, no qual arquitetura, moda, produção manual e cultura local se entrelaçam de forma orgânica.

O Ateliê Long Goy, portanto, propõe uma alternativa arquitetônica à lógica da produção em massa e do consumo acelerado. Constitui-se como uma resposta sensível e eficaz aos desafios contemporâneos de conceber espaços que valorizem a cultura, promovam o encontro humano e não estejam subordinados à lógica mercadológica, ainda que envolvam atividade comercial. Trata-se de uma arquitetura que promove relações mais significativas entre as pessoas, os objetos e os espaços que habitam.



O entorno do terreno apresenta elementos urbanos relevantes, como espaços de lazer, instituições de ensino e o shopping da cidade, que contribuem para o dinamismo da região. A proximidade com universidades, como a UNILAVRAS amplia o potencial de envolvimento da comunidade acadêmica, incentivando a troca de saberes e o engajamento com práticas artesanais.

## CHEIOS E VAZIOS

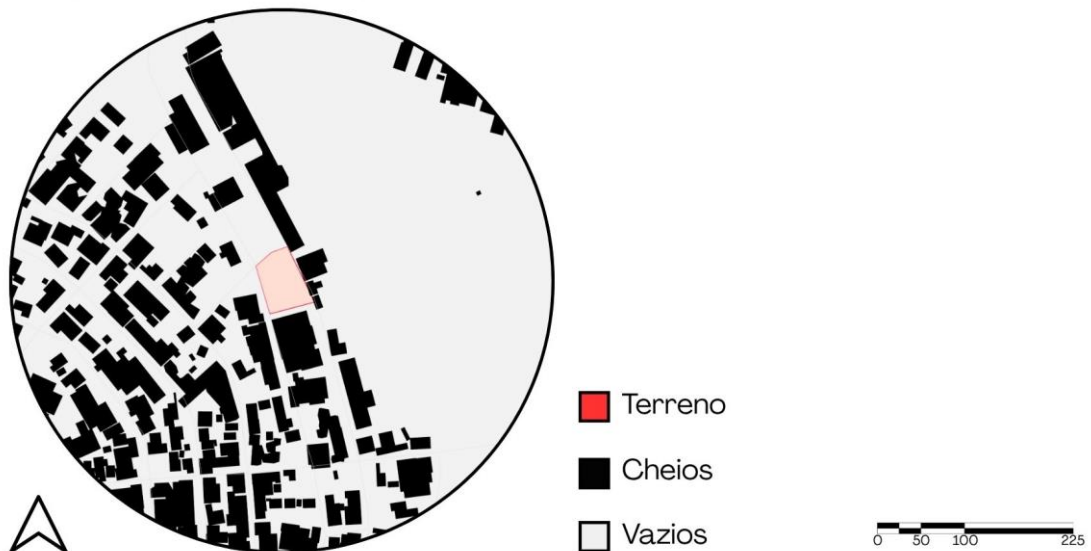


Figura 17: Mapa de cheios e vazios

Fonte: Produzido pelo autor (2025)

Um fator relevante a ser destacado é a presença significativa de terrenos desocupados na malha urbana da cidade. Ao introduzir um equipamento cultural e produtivo nesse contexto, o projeto contribui não apenas para a dinamização da área, mas também para a valorização do entorno, promovendo novos usos e incentivando o desenvolvimento local.

## ZONEAMENTO

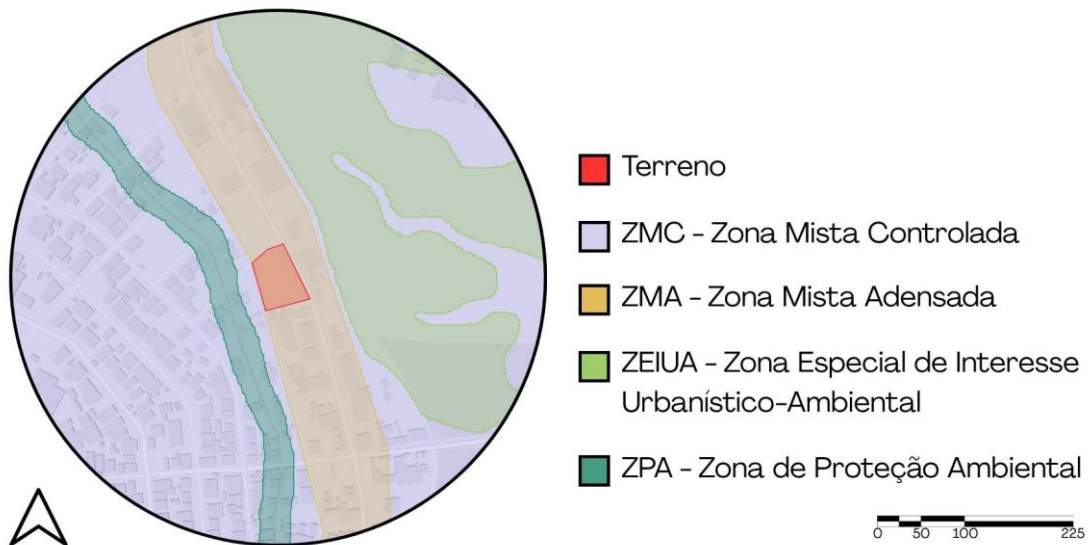


Figura 18: Mapa de zoneamento

Fonte: Produzido pelo autor (2025)

Conforme os parâmetros urbanísticos definidos para a ZMA, os empreendimentos devem respeitar um limite máximo de três pavimentos. Também é exigido que a taxa de ocupação do terreno não ultrapasse 75%, e que ao menos 10% da área seja destinada à permeabilidade do solo.

## HIERARQUIA VIÁRIA

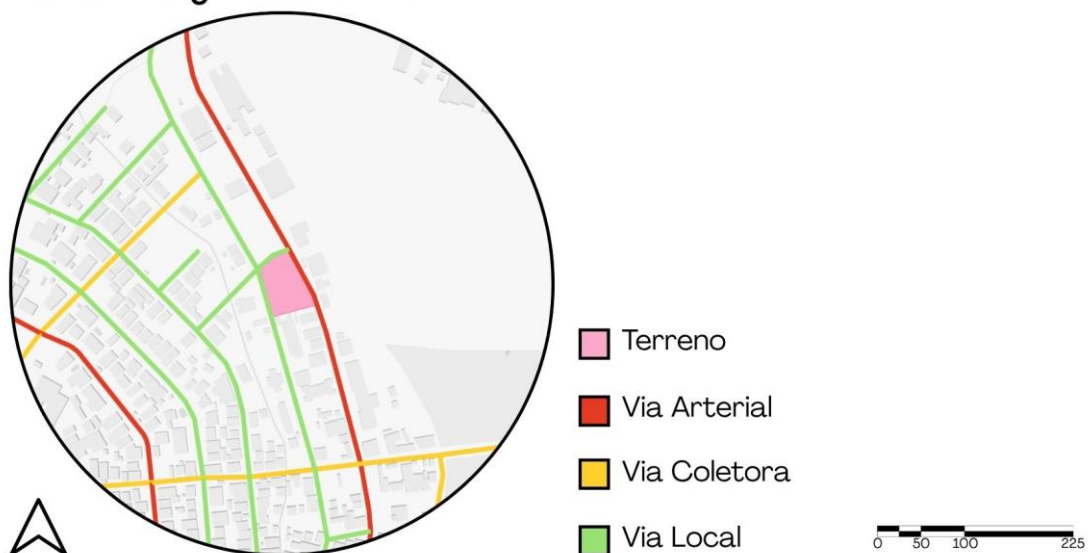


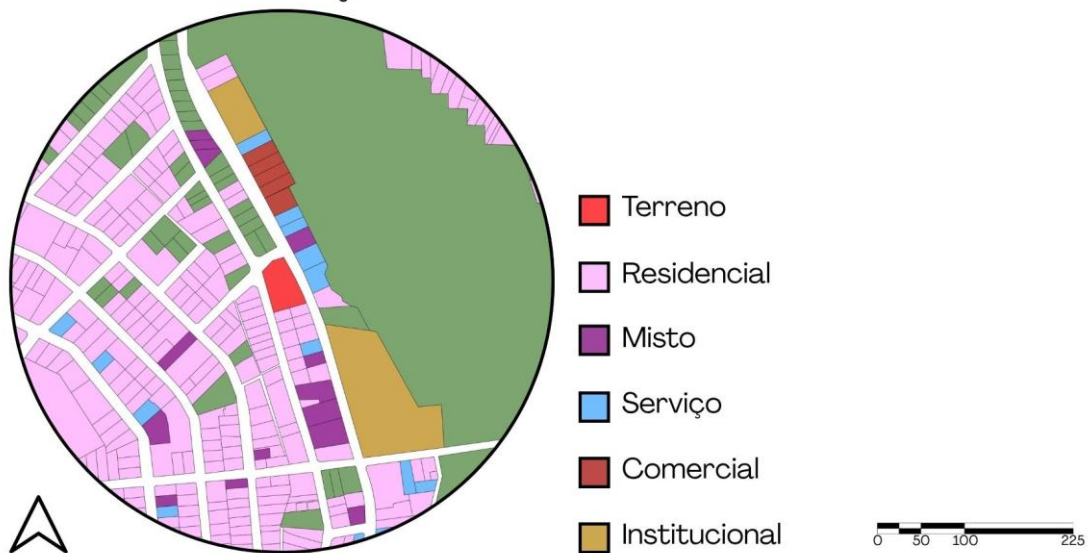
Figura 19: Mapa de hierarquia viária

Fonte: Produzido pelo autor (2025)

A mobilidade urbana na área escolhida é um fator importante a ser considerado. Para facilitar o acesso dos visitantes, clientes e artesãos, destaca-se a avenida Dr. Sylvio Menicucci como a principal via de chegada ao terreno.

Segundo a hierarquia viária, essa avenida faz parte da rede de vias arteriais, desempenhando um papel fundamental no deslocamento rápido e eficiente até o local do projeto, o que influencia diretamente no posicionamento do acesso à edificação. No que se refere ao transporte coletivo, o levantamento dos pontos de ônibus revela uma localização vantajosa para o ateliê/galeria, já que as paradas próximas facilitam o acesso ao espaço para aqueles que dependem do transporte público.

## USO E OCUPAÇÃO



*Figura 20: Mapa de uso e ocupação*

*Fonte: Produzido pelo autor (2025)*

Em relação ao uso das construções nos arredores, observa-se uma predominância de residências, sendo que algumas delas funcionam como repúblicas estudantis. Além disso, há uma forte presença de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços na região.

## INSOLAÇÃO E VENTILAÇÃO

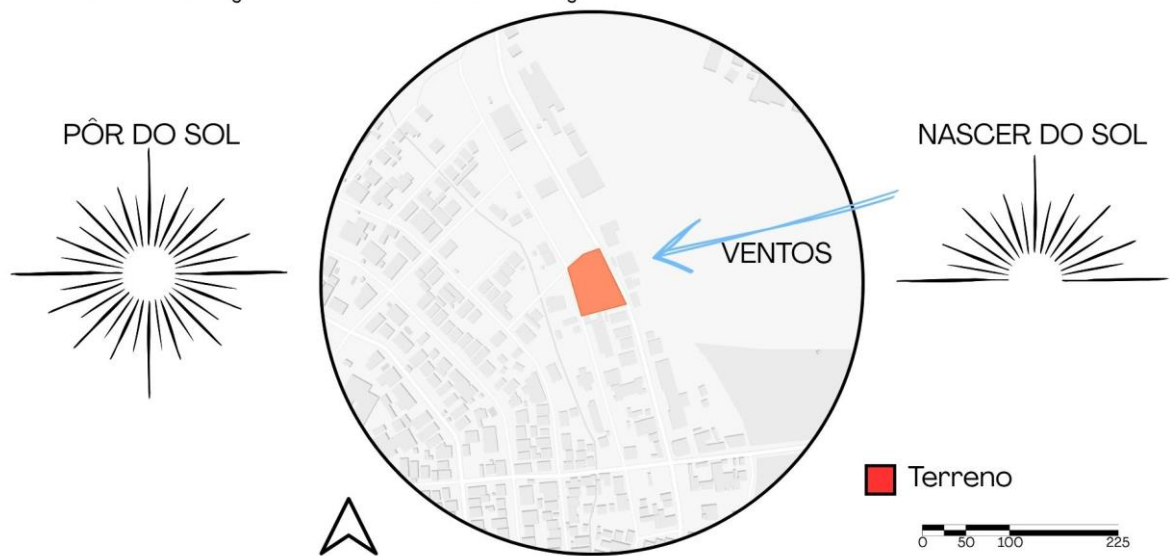


Figura 21: Mapa de insolação e ventilação

Fonte: Produzido pelo autor (2025)

A partir da análise de insolação, constatou-se que a fachada principal será beneficiada pela luz solar da manhã, enquanto a fachada oeste estará exposta à incidência solar no período da tarde. Diante disso, o projeto adotará soluções arquitetônicas e elementos de proteção que minimizem a entrada direta da radiação solar nos ambientes internos, contribuindo para a redução do desconforto térmico causado pelo sol.

## EQUIPAMENTOS URBANOS

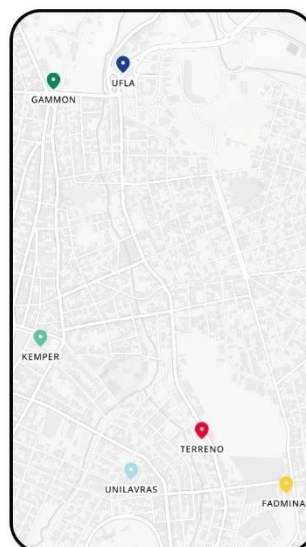


Figura 22: Mapa de equipamentos urbanos

Fonte: Produzido pelo autor (2025)

Mapear as universidades próximas ao ateliê/galeria é fundamental para compreender e potencializar o público-alvo do projeto, especialmente jovens estudantes e universitários. Essa parcela da população é essencial, pois representa um grupo com interesse crescente em cultura, arte, design e produções autorais, além de estar em constante busca por espaços de convivência, aprendizado e troca de experiências.

## GABARITOS

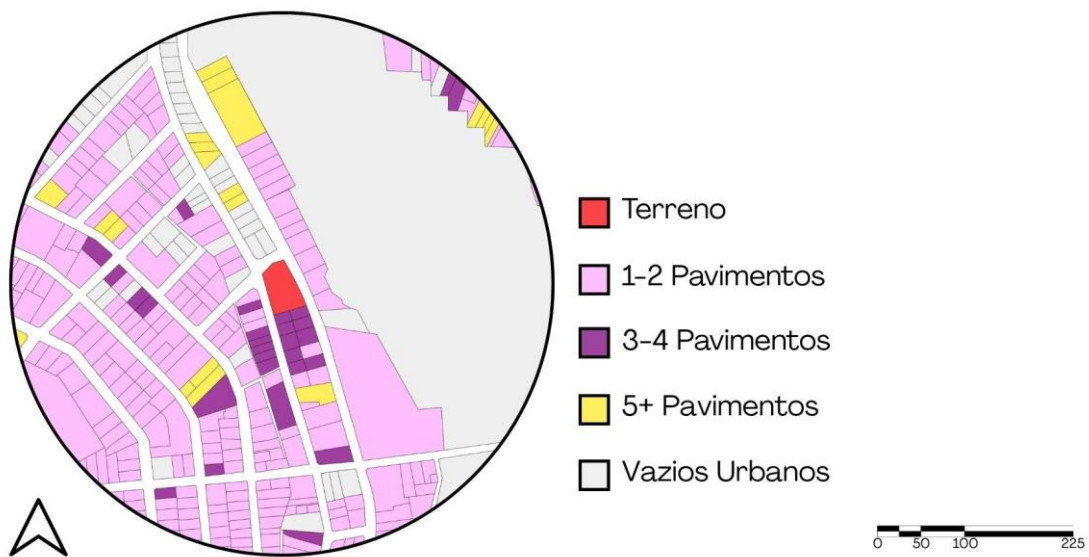


Figura 23: Mapa de gabaritos

Fonte: Produzido pelo autor (2025)

Ao observar mais o entorno imediato do terreno, nota-se que as construções vizinhas, tanto residenciais quanto comerciais, não provocam interferências relevantes nos quesitos de iluminação natural e ventilação, graças à sua localização e ao desnível topográfico existente.

Além disso, as áreas verdes exercem um papel fundamental na melhoria do microclima urbano, atuando na regulação da temperatura, na umidificação do ar e na filtragem de poluentes. Além disso, contribuem para a ventilação natural da região, favorecendo a circulação de brisas e a renovação do ar. Esses espaços também ajudam a reduzir ilhas de calor e proporcionam maior conforto térmico tanto para os ocupantes do ateliê/galeria quanto para os moradores do entorno.

## TOPOGRAFIA

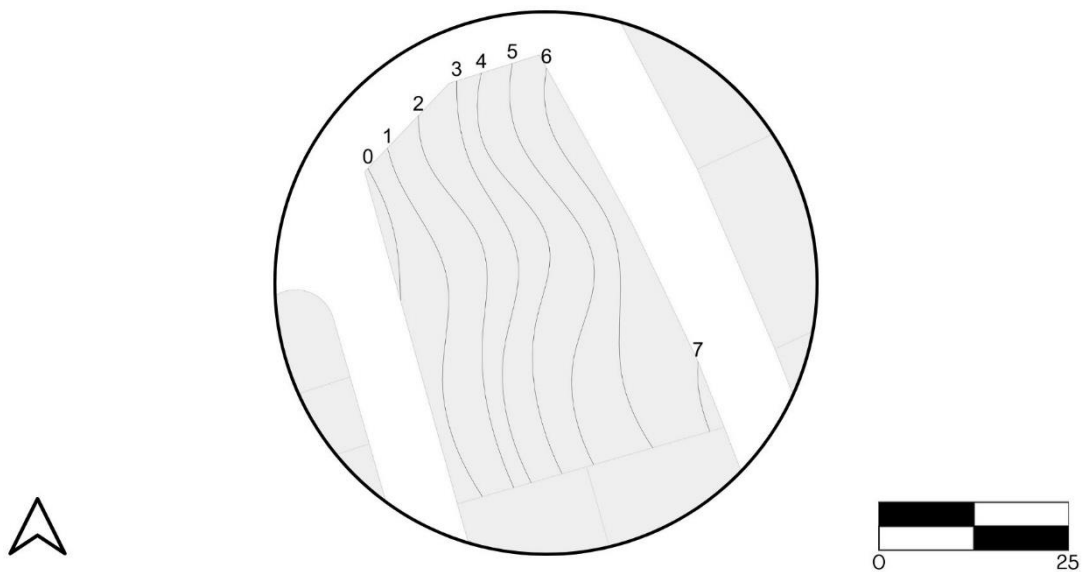


Figura 24: Topografia do terreno

Fonte: Produzido pelo autor (2025)

Quanto à topografia do terreno, observa-se um desnível de aproximadamente 7 metros. Essa inclinação possibilita uma intervenção estratégica, permitindo a implantação de pavimentos inferiores e a criação de acessos que se conectem diretamente à via localizada na parte posterior do lote.

## **5 CONCLUSÃO**

O trabalho apresentado demonstra que a costura e a cerâmica são expressões importantes da identidade cultural brasileira, mas que permanecem fragilizadas pela informalidade, pela falta de reconhecimento e pelos impactos da produção em massa. A análise teórica e os estudos de caso evidenciaram que esses ofícios dependem de espaços adequados, apoio institucional e visibilidade para se manterem vivos e economicamente viáveis.

O projeto do ateliê-galeria em Lavras/MG responde diretamente a essas necessidades ao propor um espaço estruturado para produção, exposição e comercialização do artesanato local. Mais do que um ambiente físico, trata-se de uma iniciativa que busca fortalecer a economia criativa, dar autonomia aos trabalhadores informais e valorizar práticas culturais que fazem parte da história e do cotidiano da comunidade.

Conclui-se que a criação desse espaço contribui para reduzir a invisibilidade dos artesãos, oferecer melhores condições de trabalho e promover a preservação e a atualização dos saberes tradicionais, alinhando cultura, economia e desenvolvimento urbano de forma integrada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. **Artesanato**: uma economia tecida à mão. 2024. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empREENDEDORA/artesanato-uma-economia-tecida-a-maos/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ALIANÇA EMPREENDEDORA. **Relatório de pesquisa com costureiras de reparos**. 2024. Disponível em: <https://aliancaempREENDEDORA.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Relatorio-pesquisa-com-costureiras-de-reparos.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

ALVORADA ARQUITETOS. **Ateliê Pina Cerâmica / Alvorada Arquitetos**. ArchDaily Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/964445/atelier-pina-ceramica-alvorada-arquitetos>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARCHELLO. **Pina Cerâmica Studio**. Disponível em: <https://archello.com/pt/project/pina-ceramica-studio>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ARCHDAILY BRASIL. **Ateliê Long Goy / Sher Maker**. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/996362/atelie-long-goy-sher-maker>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ARCHDAILY BRASIL. **Galeria Luciana Brito / Piratininga Arquitetos Associados**. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/867909/galeria-luciana-brito-piratininga-arquitetos-associados>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BOAS, Franz. **A mente do ser humano primitivo**. Tradução de José Carlos Pereira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Emprego doméstico no Brasil é formado por mulheres**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres>. Acesso em: 20 maio 2025.

COSTA, António Firmino da. **Identidades culturais urbanas em época de globalização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 48, 2002.

COSTA, M. da S. **Trabalho informal**: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. Caderno CRH, v. 23, n. 58, p. 171–190, abr. 2010.

FERNANDES, Adriana Patrícia. **Um novo artesanato brasileiro**: a busca por uma identidade cultural e social. In: ARRUDA, Amilton J. V. (org.). Design e inovação social: aspectos do design e do artesanato. Curitiba: CRV, 2017.

GALERIA DA ARQUITETURA. **Galeria Luciana Brito**. Disponível em: <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/piratininga-arquitetos-associados/galeria-luciana-brito/4384>. Acesso em: 25 mar. 2025.

KREIN, José Dari. **As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 2007.

METALOCUS. **Blue and red pleated both sides**. Long Goy studio and workshop by Sher Maker. 2023. Disponível em: <https://www.metalocus.es/en/news/blue-and-red-pleated-both-sides-long-goy-studio-and-workshop-sher-maker>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ORTIZ, Renato. **Imagens do Brasil**. Sociedade e Estado, v. 28, n. 3, set. 2013.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

SHER MAKER. **Long Goy**. 2022. Disponível em: <https://www.shermaker.com/longgoy>. Acesso em: 25 mar. 2025.

YOUTUBE. **Galeria Luciana Brito – Piratininga Arquitetos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EAG5gfc2Vq4>. Acesso em: 25 mar. 2025.